

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2025-2029)

ATA N.º 2/2026

Sessão Ordinária Pública, de 25 de fevereiro de 2026

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.º Secretário: José Vitorino Rodrigues Pereira

2.ª Secretária: Maria Manuela Gonçalves Romão

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- Anaísa Pera Gonçalves (CH);
- Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires (PPD/PSD);
- Carlos Filipe Martins de Carvalho (PPD/PSD);
- Carlos Filipe Pacheco Soares (PS);
- David Martins (PS);
- Emília Domingos Justo (CH);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- José Vitorino Rodrigues Pereira (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova (PPD/PSD);
- Luís Manuel Duarte de Brito (PPD/PSD);

- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima (PS);
- Rui Manuel Rocha Horta (PPD/PSD);
- Sofia Isabel Costa Gomes (PS);
- Viriato Luís Santana de Jesus (PPD/PSD).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira, João Miguel Viegas de Mendonça;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Arménio Manuel Horta Viegas;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Nuno Leonel Gonçalves Mateus;
- Junta de Freguesia de Conceição de Tavira, Hélder dos Mártires Palma da Conceição;
- Junta de Freguesia de Santo Estevão, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, Carlos Manuel do Livramento Baptista;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Luís Filipe Faleiro Machado (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD).

--- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelas vinte e uma horas. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, público que ali estava presente e o que assistia através das redes sociais do município, os funcionários da biblioteca, o secretariado de apoio ao seu funcionamento, os técnicos de informática, som e imagem. -----

--- Relativamente à transmissão via Internet das reuniões dos órgãos autárquicos, informou que de acordo com a recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), os cidadãos que pretendiam intervir e os colaboradores do município que estavam a apoiar o funcionamento da Assembleia Municipal tinham que dar autorização expressa. -----



--- Referiu que tinham quatro (4) pedidos de substituição e pediu ao Primeiro-Secretário **Deputado Municipal José Vitorino Rodrigues Pereira** que procedesse à chamada. -----

Presenças: Ana Rita Gonçalves Pacheco, Arménio Manuel Horta Viegas, Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires, Carlos Filipe Martins de Carvalho, Carlos Filipe Pacheco Soares, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Emília Domingos Justo, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, João Miguel Viegas de Mendonça, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Vitorino Rodrigues Pereira, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova, Luís Manuel Duarte de Brito, Maria Manuela Gonçalves Romão, Muriel Cristina Dias Neto, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima, Rafael Ribeiro Dias, Rui Manuel Rocha Horta, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira, Sofia Isabel Costa Gomes e Viriato Luís Santana de Jesus. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu à Segunda-Secretária, Maria Manuela Gonçalves Romão, que procedesse à leitura da correspondência. -----

--- **A Deputada Municipal Maria Manuela Gonçalves Romão** informou que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- *«A Direção Geral das Autarquias Locais enviou ficheiro para comunicação da composição da mesa eleitoral constituída na assembleia municipal que acolherá o ato eleitoral;-----*

--- *A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Nacionais remeteu comunicação sobre o envio da Revista Ideias e Territórios 8; -----*

--- *A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Nacionais remeteu comunicação sobre o ato Eleitoral CCDRALgarve;-----*

--- *A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Nacionais remeteu documento sobre as Quotas para o ano 2026; -----*

--- *A ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses enviou Circular sobre início de funções do secretário-geral da ANMP; -----*

--- *A DGAL remeteu comunicação relativo às Eleições CCDRALgarve - Convocatória da sessão assembleia municipal que acolhe o ato eleitoral | Tavira;-----*

--- *José Apolinário Nunes Portada informou que apresentou candidatura à Presidência da CCDR Algarve, mandato 2026-2029; -----*

--- *A Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. enviou FAQ,S sobre o Processo eleitoral CCDRALgarve; -----*

- A DGAL enviou comunicação sobre a Eleição Presidente da CCDRALgarve remetendo a documentação necessária ao ato eleitoral para o dia 12 de janeiro de 2026;-----
- O Município de Loulé remeteu a Moção sobre Atualidade e Urgência - Pela Manutenção do CODU e das estruturas de socorro e de Emergência Médica (INEM) no Algarve;-----
- A Deputada Municipal Muriel Dias Neto solicitou o acerto do valor das senhas de presença – 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal;-----
- O Município de São Brás de Alportel remeteu comunicação com a apresentação do novo Executivo Municipal a tempo inteiro; -----
- A ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais enviou convite para a Conferência Arquitetura do Poder Local; -----
- A Associação dos Amigos do Alentejo de Tavira informou que se realizou um Encontro de Rádios Locais e Comunicação Social;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para a estreia do Documentário “Procissão do Enterro do Senhor”, que decorreu no Teatro Municipal de Tavira, no dia 05 de fevereiro de 2026.-----
- A Juventude Socialista do Algarve remeteu Proposta de implementação do OPJ e do CMJ;-----
- O Deputado Municipal José Maria Almeida Pires Marques Campos comunicou a renúncia ao cargo de Deputado Municipal 2025-2029;-----
- O Presidente da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul enviou a Moção - "Em defesa dos agricultores, das comunidades rurais e do equilíbrio do território"; -----
- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tavira enviou Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2025; -----
- O familiar Vinicius Miranda Leão remeteu agradecimento pelo Voto de Pesar de Tela Leão;-----
- A Embaixada da Suécia remeteu convite para a cerimónia de entrega da Ordem Real da Estrela Polar ao Dr. Rui Horta;-----
- A Associação de Andebol do Algarve remeteu convite para o V Torneio de Andebol Cidade de Tavira "Hélder Leal" 2026;-----
- Os cidadãos Ângelo Alexandre Rodrigues da Encarnação e David Miguel Mateus Pires comunicaram que não pretendiam assumir as funções de membro da Assembleia Municipal de Tavira;-----
- Os Deputados Municipais Sónia Tomás, Artur Gomes, Natércia Joaquim e Luís Machado solicitaram a sua substituição na sessão da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2026; -----
- A ANAM remeteu convite para a sessão ANAM EM REDE, que se realizou no dia 25 de fevereiro de 2026; -----

--- A ANAM remeteu comunicação para a divulgação Constituição – O Jogo; -----

--- A Associação Ecotopia Activa remeteu comunicação sobre CEAT - Centro de Experimentação Agrária de Tavira; -----

--- O Partido Chega remeteu Recomendação – Julgados de Paz, Voto de Louvor a Dr. Jean Pierre Rancher, Voto de Pesar a Raminhos Bispo e Voto de Congratulação a Fábio Medinas;-----

--- O Partido Social Democrata remeteu Voto de Louvor - Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026;-----

--- O Partido Socialista remeteu o Voto de Congratulação a Fábio Medinas, Voto de Pesar a Raminhos Bispo e a Moção sobre a urgente necessidade de dragagem da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do concelho;-----

--- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para a Missa em Honra de São José, que se realizará no dia 19 de março.» -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início aos trabalhos, começando por dirigir as boas-vindas aos membros que tomavam assento pela primeira vez nas respetivas bancadas, tendo, de seguida, prestado os esclarecimentos necessários sobre o modo de funcionamento e de condução dos trabalhos da Assembleia Municipal..-----

--- Informou que os trabalhos se iniciariam com a Tomada de Posse de um novo membro da Assembleia Municipal, na sequência da renúncia ao mandato de José Maria Almeida Pires Marques de Campos (CHEGA) e da não aceitação de funções pelos dois cidadãos seguintes da respetiva lista: Ângelo Alexandre Rodrigues Encarnação e David Miguel Mateus Pires.-----

--- Seguidamente teriam a apreciação e votação das atas de 3 de dezembro de 2025 e 30 de dezembro de 2025.-----

--- Passavam ao Período Antes da Ordem do Dia, com a apresentação de votos de louvor, congratulação, moções e votos de pesar, seguindo-se a intervenção dos deputados municipais sobre assuntos que não integrassem a Ordem do Dia. Após estas intervenções, teria lugar a intervenção do público, cuja inscrição poderia ser efetuada até ao final do Período Antes da Ordem do Dia. O Presidente da Assembleia Municipal lembrou os munícipes inscritos de que as intervenções não poderiam incidir sobre matérias constantes da Ordem do Dia e que a respetiva duração não deveria exceder três (3) minutos..-----

--- Após aquele período, teriam a informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal seguindo-se a Ordem do Dia.-----

--- Acrescentou ainda que, tendo sido colocada uma dúvida pelo cidadão **Michael Hagedorn** o qual referiu não ter encontrado fundamento para que os cidadãos não pudessem intervir nas discussões da Ordem do Dia, por tal não constar do Regimento, esclareceu que essa matéria se



encontra expressamente prevista na lei habilitante, designadamente na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 49.º “Sessões e Reuniões”, n.º 4, que passava a ler: “A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas”, assim, porque a maioria das propostas que eram apresentadas em Assembleia Municipal, que constavam na Ordem do Dia, eram remetidas pela Câmara Municipal onde já tinham sido discutidas e votadas, era aplicada o regime legal por si referido, constante da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro..-----

--- Continuou dizendo que atendendo ao facto de terem um novo membro na Assembleia Municipal, passaria à leitura da Ata ao que se seguiria a Tomada de Posse: -----

--- “Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em Tavira, José Manuel Madeira Guerreiro, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal informou que na sequência do pedido de renúncia de José Maria Almeida Pires Marques de Campos, nos termos dos artigos 76.º e 79.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de setembro, cabe ao cidadão seguinte na ordem da lista de candidatos à Assembleia Municipal, pelo Partido Chega, partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga, para estar presente na Sessão da Assembleia Municipal de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis.-----

--- Foram efetuadas convocatórias aos cidadãos Ângelo Alexandre Rodrigues Encarnação e David Miguel Mateus Pires, que comunicaram a sua indisponibilidade para assumir as funções de membros da Assembleia Municipal.-----

--- Seguidamente foi convocada a cidadã Anaísa Pera Gonçalves... -----

--- Nesta sequência, e uma vez que a cidadã Anaísa Pera Gonçalves se encontrava presente foi verificada a sua identidade e legitimidade que confirmou o ato de assunção de funções como membro da Assembleia Municipal, para constar, se lavrou a ata que eu, José Manuel Madeira Guerreiro para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada.”-----

--- A Deputada Municipal Anaísa Pera Gonçalves procedeu ao juramento e assinou a ata de Tomada de Posse.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a Ata número sete (7) referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 03 de dezembro de 2025 que seguidamente foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, nos termos do art.º 34, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 4 de 07/01/2025, conforme listagem em anexo ao presente documento, como número um (1). -----

--- Seguiu-se a Ata número oito (8) que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, nos termos do art.º 34, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 4 de 07/01/2025, conforme listagem em anexo ao presente documento, como número dois (2).-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que antes de apresentar os votos e moções, iria proceder à leitura da carta remetida pela família de Auristela Leão na sequência do Voto de Pesar que tinham votado:-----

--- *“Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados municipais, Presidente da Câmara, autoridades presentes, caros representantes das instituições culturais e cidadãos de Tavira.-----*

--- *Em nome da Auristela Maria Lopes de Miranda Leão, a nossa Tela leão, queremos expressar a nossa profunda gratidão pelo Voto de Pesar aprovado por essa Assembleia.-----*

--- *Agradecemos o reconhecimento público do percurso do trabalho e do compromisso cívico e cultural que Tela dedicou a Tavira ao longo de mais de uma década. Esta cidade não foi apenas o lugar onde escolheu viver, foi o território onde investiu a sua energia criativa, a sua visão e a sua capacidade de reunir as pessoas em torno da cultura, do pensamento crítico e do diálogo. A festa de Álvaro de Campos, que ela idealizou, programou e dirigiu durante anos, foi talvez a expressão mais visível deste compromisso, mas para nós, família, o que nos impressionou foi a forma como ela se entregava a cada projeto, com a mesma intensidade com que vivia, com rigor, com generosidade e uma crença profunda no poder transformador da cultura.-----*

--- *Saber que Tavira reconhece este legado e que o faz de forma tão clara e tão pública, é um conforto num momento ainda marcado pela saudade. -----*

--- *Agradecemos a todos os amigos e à comunidade cultural que caminhou com ela. A Tela acreditava que a cultura era um espaço de encontro de construção coletiva. -----*

--- *Ver esta Assembleia unida para homenageá-la, confirma que essa semente ficou.”-----*

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão o Voto de Louvor – Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026, apresentado pelo Partido Social Democrata (PSD).-----

--- A Deputada Municipal Muriel Neto cumprimentou todos e passou à leitura do Voto de Louvor:-----

--- *«Os Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026 decorreram, entre 23 e 25 de janeiro, no Velódromo Nacional de Sangalhos (Anadia), com a participação de alguns dos melhores atletas nacionais, entre os quais o Campeão Olímpico, Rui Oliveira. -----*

--- *Esta edição dos Nacionais de Pista contou com uma participação record de 178 atletas a representar 46 equipas e uma atuação relevante das Equipas de Tavira, do Clube de Ciclismo de Tavira e da Academia de Ciclismo JOPELOR. -----*



--- Destacamos os títulos de Campeões Nacionais alcançados, por Carlos Salgueiro, Bruna Carmo e Eva Emídio, nos seguintes escalões e provas: -----

--- Elites Masculinos:-----

--- Campeão Nacional de Perseguição Individual: Carlos Salgueiro (Team Tavira)-----

--- Campeão Nacional de Madison: Carlos Salgueiro (Team Tavira) em equipa com Diogo Narciso--

--- Juniores Femininas:-----

--- Campeã Nacional de Quilómetro (Contra Relógio): Bruna Carmo (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Campeã Nacional de Scratch: Bruna Carmo (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Campeã Nacional de Eliminação: Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Campeã Nacional Corrida por Pontos: Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

Destaque, também, para os pódios alcançados pelos atletas a representar as equipas de Tavira: ---

--- Pódios Quilómetro (Contrarrelógio Individual): -----

--- Juniores femininas -----

--- 1.ª Bruna Carmo (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- 3.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Pódios Corrida por Pontos: -----

--- Elites masculinos -----

--- 3.ª Carlos Salgueiro (Team Tavira) -----

--- Juniores femininas -----

--- 1.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Pódios de Perseguição Individual: -----

--- Elites masculinos -----

--- 1.ª Carlos Salgueiro (Team Tavira) -----

--- Juniores femininas -----

--- 3.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Pódios Omnium:-----

--- Elites masculinos -----

--- 2.ª Carlos Salgueiro (Team Tavira) -----

--- Pódios Scratch: -----

--- Elites masculinos -----

--- 3.ª Carlos Salgueiro (Team Tavira) -----

--- Juniores femininas -----

--- 1.ª Bruna Carmo (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----



--- 3.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Juniores masculinos -----

--- 2.ª Afonso Guerreiro (Jopelor – Dunasvale / Pereira e Gago)-----

--- Pódios Madison:-----

--- Elites masculinos -----

--- 1.ª Carlos Salgueiro (Team Tavira) / Diogo Narciso -----

--- Pódios Eliminação:-----

--- Elites masculinos -----

--- 2.ª Carlos Salgueiro (Team Tavira) -----

--- Juniores femininas -----

--- 1.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)-----

--- Estes resultados consolidam o trabalho de formação e desenvolvimento desportivo dos atletas e equipas, que representam o nosso concelho e merecem o nosso melhor reconhecimento. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 25 de fevereiro de 2025, delibera: ---

--- 1. Aprovar um Voto de Louvor pela participação meritória das equipas de Tavira do Clube de Ciclismo de Tavira e da Academia de Ciclismo JOPELOR, nos Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026;-----

--- 2. Felicitar as Direções dos Clubes envolvidos, bem como os atletas, Técnicos e Dirigentes ligados à modalidade; -----

--- 3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta aos Clubes e atletas medalhados;-----

--- 4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.» -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Louvor – Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

--- O documento original remetido pelo PSD encontra-se em anexo à presente ata como documento número três (3). -----

--- Passou ao Voto de Louvor ao Dr. Jean Pierre Rancher, apresentado pelo Partido Chega.-----

--- A Deputada Municipal Emília Justo desejou boa noite ao Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, público presente e em casa e serviços de apoio e, procedeu à leitura do Voto de Louvor: -----

--- «É com enorme honra e profundo sentido de reconhecimento que a bancada do Partido Chega toma a palavra para propor um Voto de Louvor ao Dr. Jean Pierre Rancher, médico clínico geral que dedicou a sua vida ao serviço da comunidade taviense.-----

--- O Dr. Jean Pierre Rancher exerceu durante algum tempo no Centro de Saúde de Tavira e, posteriormente, na sua própria clínica, a TaviClínica, onde continuou a cuidar de centenas de pessoas com a mesma dedicação e espírito de missão que sempre o caracterizaram. É um médico cuja vida tem sido um exemplo raro de entrega, dedicação e serviço ao próximo. -----

--- Ao longo de toda a sua carreira, o Dr. Jean Pierre Rancher destacou-se pela sua disponibilidade permanente, sendo reconhecido como “o médico sempre presente”, aquele que, a qualquer hora do dia ou da noite, estava pronto a ajudar quem dele precisava. Para muitos tavienses foi, e continua a ser, o médico das 24 horas, aquele que nunca fechou a porta, nunca recusou um pedido, nunca deixou alguém sem orientação, sem conforto ou sem cuidados. -----

--- A sua generosidade, a sua grande capacidade de trabalho, a sua dedicação ao serviço do público e o profundo respeito com que sempre tratou cada pessoa fazem dele um exemplo notável de profissionalismo e de humanidade. Adultos, crianças, famílias inteiras encontraram no Dr. Jean Pierre um médico que não via doentes, mas sim pessoas e que sempre colocou o bem-estar de cada uma delas acima de qualquer outra preocupação. -----

--- A cidade de Tavira deve muito ao seu trabalho incansável. O Dr. Jean Pierre acompanhou gerações, apoiou muitos em momentos difíceis, tratou, cuidou e, acima de tudo, esteve sempre presente. Um médico cuja vida tem sido um exemplo único de entrega, dedicação e serviço ao próximo. Pela sua disponibilidade inigualável, pela sua entrega diária e contínua à saúde dos tavienses, o seu contributo merece ser reconhecido de forma pública e institucional. -----

--- Este louvor é, acima de tudo, um gesto de justiça: o reconhecimento de um profissional que honra Tavira e cuja vida e exemplo continuarão a inspirar todos aqueles que acreditam numa medicina feita com competência, humanidade e coração. -----

--- Assim, propõe-se que esta Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 25 de fevereiro de 2026 delibere a favor de: -----

--- 1. Aprovar um Voto de Louvor ao Dr. Jean Pierre Rancher, a inscrever em ata, como expressão da sincera gratidão da nossa comunidade por uma vida dedicada ao cuidado dos outros e ao serviço desta cidade. -----

--- 2. Dar conhecimento desta deliberação ao Dr. Jean Pierre Rancher, apresentando-lhe as devidas felicitações pelo seu notável percurso e contributo. -----



--- 3. Remeter cópia da deliberação à Câmara Municipal de Tavira, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos meios de comunicação do Município de Tavira.» -----

--- Terminou dizendo que, enquanto em vida, deveriam de lembrar os que sempre os tinham ajudado e estado presentes quando mais necessitavam em momentos de dor e aflição. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, o Executivo e demais membros da Assembleia Municipal, presidentes de junta de freguesia, público presente e o que estava a assistir em casa através das redes sociais, desejando que aquela fosse uma noite produtiva em prol do Município de Tavira. -----

--- A bancada do PS, e ele em particular, tinha solicitado a palavra no âmbito daquele Voto de Louvor porque queriam ali afirmar um conjunto de situações que lhes pareciam oportunas. -----

--- Primeiramente, pretendiam valorizar e salientar o papel que os médicos, designadamente os médicos de família, tinham no apoio às suas comunidades, muitas vezes abdicando das suas próprias vidas para a dedicar ao outro, sendo algo de muito mérito que deviam de louvar. -----

--- Não havia muito tempo que a pandemia tinha acabado, embora parecesse que tinha sido há muitos anos, e tinha sido graças aos médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares, a todos aqueles humanistas, todas aquelas pessoas que tinham abdicado, muitas famílias, que todos tinham conseguido ultrapassar com saúde, com força e, naturalmente dar continuidade. Aquele era, portanto, o primeiro ponto que tinham de valorizar e afirmavam que valorizavam profundamente a ação dos médicos. -----

--- No caso concreto do Dr. Jean Pierre Patrick Rancher, não colocavam em causa o seu mérito, pelo contrário, reforçavam que tinha sido um médico destacado na cidade, que tinha ajudado muitas pessoas, o que era indiscutível, que inclusivamente tinha sido Autarca, Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido por aquela razão que no dia 24 de junho de 2018, a Assembleia Municipal de Tavira tinha assinalado na História Municipal aquele triunfo através da atribuição de Medalha de Ouro ao Dr. Jean Pierre, sendo que o momento histórico tinha sido assinalado em data própria. -----

--- Continuou dizendo que face àquele reconhecimento público que já tinha sido realizado lhes parecia extemporâneo, decorrido todo aquele tempo, estarem ali a apresentar um Voto de Louvor que, com o devido respeito pela pessoa em causa, não existia nada de novo, nenhuma circunstância nova, qualquer novo contributo que o justificasse naquele momento. Assim, considerava que era uma redundância e, deixando bem claro que era absolutamente um ato de justiça, lhes parecia muito mais um gesto de oportunismo político do Chega. -----

--- Terminou dizendo que sabia que naquela data o Chega não existia porque tinha sido fundado no dia 09 de abril de 2019, mas considerava que teria valido a pena ler o histórico ou, pelo menos, terem-se informado antes de lerem uma nota muito popular de um "post facebookiano" e apresentarem ali um Voto de Louvor. -----

--- Concluiu afirmando que, não obstante tudo o que havia sido exposto, a sua bancada, por uma questão de responsabilidade e por não confundir o mérito da pessoa visada com a intenção subjacente à apresentação do Voto, iria votar favoravelmente. Ainda assim, referiu que não poderiam deixar de salientar que defendem o reconhecimento de méritos, considerando que os mesmos devem ser efetuados com oportunidade, coerência e respeito institucional. -----

--- **A Deputada Municipal Emília Justo** disse que não se tratava de aproveitamento do Chega, muito além disso. Era sim um duplo reconhecimento pelo trabalho que tinha realizado por todos os tavirenses, estando disponível vinte e quatro (24) horas, sendo muitas vezes o serviço de emergência a quem todos ou grande parte recorriam até há bem pouco tempo. -----

--- O Dr. Jean Pierre estava reformado e pensava que nunca era demais fazerem uma referência a todo o trabalho e dedicação que tinha demonstrado pelos tavirenses. -----

--- Reiterou que não tinha nada de aproveitamento mas de reconhecimento pelo trabalho e dedicação a todos, principalmente ao Dr. Jean Pierre que muito tinha feito por todos. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Louvor ao Dr. Jean Pierre Rancher, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- O documento original remetido pelo Chega, encontra-se em anexo à presente ata como documento número quatro (4). -----

--- **Passou ao Voto de Congratulação ao Atleta Fábio Medinas apresentado pelo Partido Socialista (PS).** -----

--- **A Deputada Municipal Patrícia Lima** procedeu à leitura do Voto:-----

--- *«Voto de congratulação ao atleta Fábio Medinas»*-----

--- *Fábio Medinas é um jovem talento do kickboxing português, atualmente em franca ascensão no panorama nacional e internacional da modalidade.*-----

--- *Com apenas 22 anos, conquistou o Título Mundial World Slam Series, na vertente de Low Kick, feito de elevado relevo desportivo que traduz uma prestação de excelência ao mais alto nível competitivo.*-----

--- *Esta vitória constitui não apenas um marco determinante na sua carreira, mas também um motivo de grande orgulho para o concelho de Tavira, projetando o nome do município além-fronteiras e afirmando a qualidade do trabalho desenvolvido no seio do movimento associativo local, em particular pelo clube Kickboxing Fight Tavira.*-----



--- O percurso de Fábio Medinas é exemplo de dedicação, disciplina, resiliência e espírito de superação — valores que dignificam o desporto e inspiram os jovens do concelho.-----

--- Este sucesso é igualmente reflexo do trabalho, empenho e acompanhamento técnico dos treinadores Walter Martins, Miguel Pires e Nuno Coelho, bem como da estrutura diretiva, familiares e todos os que contribuem para o crescimento e consolidação do atleta.-----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária, delibera: -----

--- 1. Aprovar um Voto de Congratulação a Fábio Medinas pela conquista do Título Mundial World Slam Series – Low Kick, felicitando o atleta, os treinadores Walter Martins, Miguel Pires e Nuno Coelho, a direção do clube Kickboxing Fight Tavira, e todos os que contribuíram para este notável êxito; -----

--- 2. Dar conhecimento da presente deliberação ao atleta, à direção do clube, à Câmara Municipal de Tavira, às entidades desportivas competentes e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação nos canais institucionais do Município.»-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação ao Atleta Fábio Medinas, que foi aprovado por unanimidade.-----

--- O Voto de Congratulação apresentado pelo PS, encontra-se em anexo à presente ata como documento número cinco (5).-----

--- Passou ao Voto de Congratulação ao Atleta Fábio Medinas apresentado pelo Partido Chega. -

--- A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Presidente da Câmara Municipal e Executivo, deputados municipais, publico presente e online e procedeu à leitura do Voto: -----

--- «Fábio Medinas, atleta tavirense do “Clube Kickboxing Fight Tavira”, conquistou recentemente o título mundial “World Slam Series” na vertente de “Low Kick”, triunfo alcançado frente ao espanhol Christopher “Mamba Negra”.-----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Tavira manifesta o seu profundo orgulho por esta conquista, que eleva o nome do concelho, projeta Tavira no panorama internacional das artes marciais e constitui um exemplo de dedicação, trabalho e espírito de sacrifício para os jovens do nosso município.-----

--- A Assembleia Municipal saúda calorosamente o atleta Fábio Medinas, o seu clube e equipa técnica, formulando votos das maiores felicidades e sucessos desportivos futuros, certos de que continuará a honrar Tavira e Portugal nas mais exigentes competições internacionais.-----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 25 de fevereiro de 2026, delibera: -

--- • Aprovar o Voto de Congratulação a Fábio Medinas pela sua conquista do título mundial “World Slam Series”, em “Low Kick”.-----

--- • *Enviar o presente Voto de Congratulação ao atleta tavirense Fábio Medinas.* -----

--- • *Solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tavira que apresente publicamente esta congratulação.*-----

--- • *Remeter cópia sobre a decisão que recair sobre esta proposta para conhecimento e divulgação, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, ao “Clube Kickboxing Fight Tavira”, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.»*-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação ao Atleta Fábio Medinas, que foi aprovado por unanimidade.** -----

--- **O Voto de Congratulação apresentado pelo Chega, encontra-se em anexo à presente ata como documento número seis (6).** -----

--- **Passou à apreciação à Moção – Sobre a urgente necessidade de dragagem da Barra de Tavira, dos Portos e dos Canais de Navegação do Concelho, apresentada pelo PS.** -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Soares cumprimentou todos e passou à leitura da moção:** -----

--- *«Moção sobre a urgente necessidade de dragagem da Barra de Tavira, dos Portos e dos Canais de Navegação do Concelho*-----

--- *O acesso e a navegabilidade da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do concelho constituem uma exigência fundamental para a segurança dos pescadores de Tavira, Santa Luzia e Cabanas de Tavira, bem como de todos os que praticam náutica de recreio, contribuindo para o desporto e para o turismo náutico no nosso concelho.* -----

--- *São atividades essenciais para Tavira, que devem ser exercidas com todas as condições de segurança e com as cotas adequadas que garantam a circulação segura das embarcações.* -----

--- *É neste contexto que o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tavira manifesta profunda preocupação com o agravamento da situação de assoreamento da barra de Tavira e dos canais de navegação, realidade que coloca em risco a segurança de pessoas e bens e compromete atividades estruturantes da economia local.* -----

--- *Importa reiterar, de forma clara, que a execução das dragagens é competência do Governo, através da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), não cabendo essa responsabilidade às autarquias locais.*-----

--- *Esta necessidade tem sido reiteradamente sinalizada pela Presidente da Câmara Municipal de Tavira e por outros autarcas da região com frentes ribeirinhas inseridas em áreas sensíveis.* -----

--- *Recorda-se ainda que a Assembleia Municipal de Tavira já se havia manifestado sobre este problema em abril de 2025, reforçando então a urgência de intervenção por parte do Governo.* ---



--- Contudo, verifica-se hoje um agravamento inaceitável da situação: a barra de Tavira encontra-se fortemente assoreada, com evidentes dificuldades à navegação, não podendo esta realidade continuar por concretizar.-----

--- Recorde-se que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2023 autorizou a realização de dragagens de manutenção no Algarve, com financiamento definido e plano aprovado para o período 2023-2026. No entanto, até à data, as intervenções previstas não foram concretizadas, gerando legítima preocupação nas comunidades locais. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 25 de fevereiro, delibera:-----

--- 1. Manifestar ao Governo o seu descontentamento pela não execução das dragagens da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do concelho, da sua responsabilidade;-----

--- 2. Instar o Governo a promover, com carácter de urgência, as intervenções necessárias, garantindo condições adequadas de segurança e navegabilidade; -----

--- 3. Defender a criação de um plano plurianual de dragagens para o Algarve, com calendário definido e financiamento assegurado;-----

--- 5. Remeter a presente moção às entidades governamentais competentes, às entidades regionais e locais, bem como aos órgãos de comunicação social, para conhecimento e divulgação.

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reafirma o seu compromisso com a segurança marítima, a defesa da economia local e a proteção das comunidades que dependem do mar, exigindo do Governo uma resposta urgente, estruturada e eficaz.»-----


--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que iriam votar favoravelmente a moção.-----

--- Não queria deixar passar a oportunidade de referir que o Governo tinha tomado posse há muito pouco tempo quando, no ano transato, tinha sido apresentada moção com o mesmo teor. -

--- Pretendia manifestar que tudo o que fosse realizado a favor da segurança da navegabilidade do concelho, o que tinham reiterado, como era do conhecimento geral, aquando da visita da Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, a Tavira, tinham feito o obséquo de a levar junto da Barra de Tavira para que verificasse as condições, tendo-a alertado para aquele facto. -----

--- Terminou dizendo que também tinham feito a sua parte e que tudo o que fosse pela segurança e navegabilidade não apenas dos pescadores, mas de todos os que praticavam náutica de recreio, mereciam o seu voto favorável, como iriam votar aquela moção. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, os deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, vereadores, distinto público ali presente e em casa, e os serviços de apoio.-----



--- Relativamente àquele assunto pretendia dizer que tinham vindo a estabelecer várias conversações com a DGRM para onde já tinham remetido vários ofícios. Recordava-se que na última discussão terem dito que as dragagens começariam em outubro, cujo mês já tendo passado e nada acontecido, tinham voltado a insistir. -----

--- A última informação que tinha, via Secretário de Estado das Pescas que também tinha visitado Tavira, altura em que tinham abordado aquele assunto, aquela necessidade urgente, era que o processo estaria em Tribunal de Contas e, portanto, esperavam que se resolvesse rapidamente. Todavia pretendia reiterar a necessidade de o Governo prever concursos de pequenas dragagens.

--- Presentemente teriam dragagens, pensando que Tavira era o Lote 2 do concurso onde se encontrava a Barra e os canais de Cabanas e Santa Luzia, no entanto era necessário que fossem realizadas dragagens mais pequenas e manutenção anual, um concurso com previsão de despesas plurianuais que permitisse pequenas dragagens de forma a irem mantendo os canais de navegabilidade. -----

--- Acrescentou que o Governo tinha um apoio para quem estava a ser afetado até por força das tempestades ao qual, por contacto com a Associação de Armadores e Pescadores de Tavira (APTAV), sabiam que algumas embarcações já se tinham candidatado, contudo o apoio não era para todos porque normalmente a tripulação não estava abrangida e, portanto, acabavam por haver sempre pessoas que também eram prejudicadas. -----

--- Referiu que pretendia dar conhecimento à Assembleia Municipal das diligências que vinham sendo desenvolvidas, informando que, ainda há poucas semanas, havia sido remetido novo ofício, acompanhado de fotografias, retratando o estado em que se encontrava a Barra e o perigo daí resultante. Esclareceu que continuavam, assim, a exercer toda a pressão possível junto das entidades competentes. Acrescentou que tinham plena consciência de que os procedimentos de contratação pública eram complexos e morosos, sublinhando que a realização de dragagens não se limitava à disponibilidade de uma draga, implicando, designadamente, a realização de estudos de impacte ambiental, o lançamento de concursos de elevado valor e a obtenção do visto do Tribunal de Contas. Não obstante essa realidade, manifestou a expectativa de que todo o processo pudesse decorrer com maior celeridade. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que apenas gostava de alertar para o facto de na leitura da moção não ter sido lido o ponto quatro (4) que ele passava a ler pois considerava importante: *“Solicitar ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio aos pescadores e demais profissionais afetados”*. -----

--- **O Deputado Municipal Nuno Mateus**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal,

vereadores, presidentes de junta de freguesia, deputados municipais, funcionários do Município, público presente e a assistir em casa. -----

--- Referiu que, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia sempre que o assunto era a Barra e os pescadores ele era o primeiro a solicitar apoio, na medida em que a Barra de Tavira representava efetivamente um elevado perigo, estava totalmente assoreada, om grande acumulação de areia, onde os barcos tinham muita dificuldade para passar tendo-o que fazer junto ao molho. -----

--- A Junta de Freguesia de Santa Luzia tinha marcado posição e remetido ofícios para a DGRM, Secretário de Estado das Pescas, APTAV, Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Docapesca, Capitão do Porto de Tavira e Comunicação Social.-----

--- Considerava que era vergonhoso e manifestava preocupação com a situação da Barra de Tavira e do Canal de Santa Luzia, referindo que, caso se mantivesse o estado existente, em breve a navegação no Canal poderia tornar-se inviável, com embarcações paradas e encalhadas no rio ou na barra..-----

--- Referiu que tinham existido diferentes governos, mas que a situação permanecia inalterada, nada tendo, entretanto, sido concretizado, sublinhando que aquele constituía o único acesso de que os pescadores dispunham para se dirigirem à sua atividade, desconhecendo por onde poderiam passar caso o referido acesso viesse a encerrar.. -----

--- Quando tinha visto a Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, e o Secretário de Estado a navegar no Rio por altura das eleições, como a bancada do PSD já tinha referido e era verdadeiro, tinha pensado que a intervenção seria mais rápida mas encontrava-se tudo igual.-----

--- Referiu que, quando situações semelhantes ocorriam em terra, existia sempre uma alternativa para circulação, contudo, caso a Barra de Tavira viesse a encerrar, não existiria qualquer alternativa para a passagem das embarcações de pesca..-----

--- A Junta de Freguesia de Santa Luzia acompanhava atentamente aquela situação, não tendo permanecido inativa ou silenciosa, adiantando que iria reunir brevemente com vista a promover uma intervenção célere e urgente. Sublinhava que estava em causa o sustento de muitas pessoas, com encargos fixos, não podendo estas interromper a sua atividade. Acrescentava ainda que muitos pescadores não tinham recebido as verbas relativas às paragens do defeso, encontrando-se alguns a atravessar sérias dificuldades económicas, entretanto agravadas pelas condições climatéricas adversas, designadamente pelas tempestades que os impediam de trabalhar.-----

--- Terminou referindo que pretendia recordar a necessidade de substituição dos postes por boias de iluminação, uma vez que aqueles se encontravam a ficar danificados.-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** disse que pretendia louvar a posição do PSD que ali tinha sido transmitida pela Deputada Municipal Ana Rita Pacheco pois parecia-lhe positivo que a bancado do PSD assumisse a responsabilidade de votar favoravelmente aquela moção como sendo uma preocupação do Município.-----

--- Ainda recentemente, havia sido votada outra moção, igualmente de carácter prioritário e urgente, salientando que, naquela ocasião, o PSD não havia assumido a mesma posição. Considerava, por isso, que se verificava uma evolução positiva, entendendo tal circunstância como um aspeto favorável, que merecia ser assinalado.-----

--- Solicitava ou até mesmo, instigava ou tentava sensibilizar para que o PSD pudesse utilizar a magistratura de influência.-----

--- Recordava-se que naquela altura o Deputado Municipal Artur Gomes, que não estava presente naquele dia, mas pensava poder citá-lo, ter dito que tinha usado a sua magistratura de influência junto do Secretário do Estado, um membro do Governo, para que as situações evoluíssem de forma efetiva, entendia que, dispondo dessa capacidade — e considerando que a mesma existia, atenta a existência de um contacto direto — deveriam ser transmitidas às entidades competentes a realidade vivida e a preocupação diária sentida.-----

--- Relativamente à medida de apoio excecional que o Deputado Municipal Carlos Soares tinha citado, considerava preocupante que os tripulantes não tivessem sido incluídos como a Presidente da Câmara Municipal tinha referido.-----

--- Referiu que tanto ele como a sua bancada defendiam que as medidas de apoio deveriam ser liquidadas com maior celeridade, uma vez que os pescadores e demais profissionais já não podiam continuar a aguardar. Sublinhava que, como era do conhecimento geral, as dificuldades enfrentadas eram significativas, considerando que, mais do que anunciar boas medidas, se tornava essencial passar à sua efetiva concretização.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Moção – Sobre a urgente necessidade de dragagem da Barra de Tavira, dos Portos e dos Canais de Navegação do Concelho, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **A Moção apresentada pelo PS encontra-se em anexo à presente ata como documento número sete (7).**-----

--- **Passou à apreciação da Recomendação – Instalação urgente de um Julgado de Paz no Município de Tavira, apresentada pelo Chega.**-----

--- Acrescentou que pretendia alertar para os tempos que já haviam sido utilizados. No período Antes da Ordem do Dia, dos vinte e oito (28) minutos que o PS dispunha, já tinham utilizado treze (13) minutos e cinquenta e dois (52) segundos, o PSD tinha utilizado quatro (4) minutos e quarenta

e seis (46) segundos e o Chega já tinha usado seis (6) minutos. -----

--- Não iria cortar a palavra nos votos e recomendações, mas porque o Chega já tinha ultrapassado o seu tempo disponível, pedia que fossem sucintos, que resumissem o seu conteúdo para cumprirem o que estava estipulado no Regimento. -----

--- **A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves** disse que apenas queria deixar a nota de que o direito de resposta que tinha sido exercido pela sua colega de bancada, Emília Justo, não contava para os seis (6) minutos que o Presidente da Assembleia Municipal tinha referido. -----

--- Passou à leitura da Recomendação: -----

--- *«Os tribunais da Comarca de Faro encontram-se frequentemente sobrecarregados com litígios de reduzida complexidade — matérias tipicamente afetas aos Julgados de Paz — cuja resolução poderia ser muito mais célere, acessível e eficaz através desta via.»* -----

--- *A inexistência de qualquer Julgado de Paz no Algarve é, de facto, difícil de justificar, sobretudo numa região com elevada densidade populacional, forte atividade económica e enorme pressão turística.* -----

--- *A criação de um Julgado de Paz em Tavira traria benefícios imediatos e expressivos, nomeadamente:* -----

--- *redução da carga processual nos tribunais judiciais;* -----

--- *celeridade na resolução de litígios, em claro benefício para residentes, empresas e visitantes;* ---

--- *reforço da justiça de proximidade e da confiança dos cidadãos;* -----

--- *Nos termos da Lei n.º 78/2001, a instalação de Julgados de Paz depende da celebração de protocolo entre o Ministério da Justiça e os municípios interessados. Assim, vimos solicitar a V. Ex.ª que considere iniciar o procedimento formal, recomendando ao executivo de Tavira a celebração de um protocolo entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal manifestando a disponibilidade de Tavira para acolher esta estrutura — uma estrutura que, em boa verdade, já deveria existir há muito tempo no Algarve.»* -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, relativamente àquela questão, pretendia informar que, embora desconhecesse exatamente o ponto de situação atual, há alguns anos, no âmbito de uma deliberação da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da vontade manifestada de instalar Julgados de Paz em praticamente todas as regiões do país, havia sido deliberado, em sede de Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) a abertura do Julgado de Paz em Vila Real de Santo António. -----

--- Pensava, no entanto, que a situação tinha acabado por não evoluir, não se verificando. Iria tentar saber qual era o ponto de situação atual. -----



--- **O Deputado Municipal David Martins** referiu que tinha estado a analisar o Regimento, o qual considerava muito claro no que respeita aos tempos de intervenção. Não obstante, manifestava a sua vontade de felicitar o Presidente da Assembleia Municipal pela postura de tolerância demonstrada, salientando que, no exercício da vida política, se verificava frequentemente uma atitude de intolerância por parte de algumas pessoas. Considerava, por isso, que aquela forma de condução dos trabalhos refletia a maneira correta de exercício da democracia.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Recomendação – Instalação urgente de um Julgado de Paz no Município de Tavira, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **A Recomendação apresentada pelo Chega encontra-se em anexo à presente ata como documento número oito (8).**-----

--- **Passou ao Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo apresentado pelo PS.**-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, todos os presentes, e todos os que os seguiam pelas redes sociais.-----

--- *Raminho dos Santos Bispo tinha nascido em Faro a 08 de setembro de 1934 e falecido em 26 de janeiro na cidade de Tavira que tinha tomado como sua.*-----

--- *Na sua infância e juventude tinha sido pupilo da Casa dos Rapazes e cumprido o primeiro ano da Escola Comercial e Industrial Tomás Cabreira, antes de iniciar a carreira de topógrafo na Tipografia União em Faro, aos dezasseis (16) anos de idade, tendo posteriormente vindo para Tavira, cidade que tinha adotado e onde tinha criado a sua família, que muito justamente o tinha homenageado com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito no ano 2014.*-----

--- *Ao longo da sua carreira, Raminhos Bispo tinha sido um profissional gráfico reconhecido a nível regional, tendo em 1962 vindo para Tavira para integrar a muito conhecida Tipografia do Jornal Povo Algarvio.*-----

--- *Após o falecimento de Manuel Virgínio Pires, então do Diretor do Jornal, tinha assumido a continuidade da empresa e garantido a sobrevivência do projeto editorial em conjunto com um grupo de jovens jornalistas e amantes das artes que tinham começado a escrever naquele jornal de tendência claramente nacionalista.*-----

--- *Em 1988 tinha sido forçado a desocupar o espaço onde a Tipografia funcionava passando a exercer a atividade sob a designação de Tipografia Tavirense, a qual, com o apoio de fundos europeus, acabaria por se transformar numa sociedade por quotas de carácter familiar e que até à presente data ainda continuava a sua atividade junto à Escola Secundária de Tavira.*-----

--- *Para além daquelas atividades nas artes gráficas, Raminhos Bispo também tinha estado envolvido de forma séria e continua no fenómeno desportivo tavirense, tendo fundado o Séqua*

Atlético Clube, sendo dirigente de vários clubes de Tavira, mas também tendo uma paixão muito especial pela arbitragem, desempenhando aquela função nas modalidades de futebol e hóquei em patins. Recordavam a celebre tripla de árbitros de hóquei em patins, todos já desaparecidos, que incluía Geraldo de Jesus e Eduardo Neves.-----

--- *Paralelamente à investigação sobre o desporto algarvio, tinha publicado um conjunto de livros sobre a história do Olhanense, do Clube de Ciclismo de Tavira e, de uma forma genérica, cem (100) anos de desporto na cidade de Tavira, que ainda atualmente era uma obra de referência sobre aquela atividade em Tavira.*-----

--- *Assim, a Assembleia Municipal de Tavira ali reunida, naquele dia, deliberava aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo e dar conhecimento da deliberação que recaísse sobre aquela proposta, à família, e do teor da deliberação nos moldes habituais.*-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a o Voto de Pesar pelo falecimento de Raminho dos Santos Bispo apresentado pelo PS, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Voto de Pesar encontra-se em anexo à presente ata como documento número nove (9).**---

--- **Passou ao Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo apresentado pelo Chega.**-----

--- *Disse que apesar dos quarenta e sete (47) segundos utilizados no direito de resposta, a bancada do Chega já tinha ultrapassado, em muito, os seis (6) minutos.*-----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

--- *«Vem o grupo municipal do Partido Chega, por meio deste voto, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo, homem que marcou de forma muito significativa a vida empresarial, desportiva e cultural do nosso concelho.*-----

--- *Nascido em 1934, na cidade de Faro, teve uma infância difícil, tendo ingressado ainda criança no Instituto D. Francisco Gomes – Casa dos Rapazes. Nunca escondeu esse passado, pelo contrário, assumiu-o com dignidade e gratidão, transformando a adversidade num exemplo de superação e carácter.*-----

--- *Profissional das artes gráficas desde muito jovem, fixou-se em Tavira em 1962, onde deu continuidade à atividade tipográfica, primeiro no “Povo Algarvio” e mais tarde através da Tipografia Tavirense, deixando uma marca duradoura no setor e na imprensa local.*-----

--- *Homem apaixonado pelo desporto, foi co-fundador do Séqua Atlético Club e participou na reorganização do Clube Desportivo Tavirense. Exerceu funções como árbitro de futebol e hóquei em patins, dirigente associativo e colaborador da imprensa regional, destacando-se ainda como investigador e autor de obras dedicadas à memória desportiva algarvia, incluindo trabalhos sobre o Sporting Clube Olhanense e o Clube de Ciclismo de Tavira.*-----

--- Algumas das suas Obras: -----

--- Sporting Clube Olhanense - 90 Anos de História -----

--- 25 Anos do Clube de Ciclismo de Tavira -----

--- Tavira Desportiva 1880-2006 -----

--- 365 Efemérides Desportivas -----

--- A História do Futebol em Faro -----

--- Publicou ainda extra desporto a Biografia da Casa dos Rapazes (onde se fez homem) em coautoria com o seu grande amigo de infância António Matos. -----

--- Raminhos dos Santos Bispo vivia e respirava Desporto, pois tinha em casa uma Enciclopédia de jornais e revistas desportivas que lhe permitiam saber de tudo e de qualquer modalidade. -----

--- Tavira perde um homem de fortes convicções, leal aos amigos, dedicado à família e exemplo de perseverança. O seu percurso de vida, feito de trabalho, resiliência e amor à sua terra, constitui uma referência para as gerações presentes e futuras. -----

--- Neste momento de dor, a Assembleia Municipal de Tavira presta homenagem à sua memória e expressa as mais sentidas condolências aos seus filhos e a toda a família enlutada. -----

--- Que o seu nome permaneça ligado à história viva de Tavira. -----

--- Neste sentido, deve a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 25 de fevereiro de 2026, deliberar para: -----

--- 1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo. -----

--- 2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada. -----

--- 3. Remeter cópia da deliberação à Câmara Municipal de Tavira, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos meios de comunicação do Município de Tavira.» -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a o Voto de Pesar pelo falecimento de Raminho dos Santos Bispo apresentado pelo Chega, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Voto de Pesar encontra-se em anexo à presente ata como documento número dez (10).** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando que não tinha inscritos, disse que iria passar a palavra ao público tendo inscrito o cidadão Michael Hagedorn. -----

--- **O Cidadão Michael Hagedorn** cumprimentou todos e disse que há exatamente quatro anos, naquela Assembleia Municipal, tinha chamado à atenção sobre o tema da mobilidade sustentável. Tinha questionado por diversas vezes sobre o ponto de situação do Plano de Mobilidade Sustentável da Cidade de Tavira (PMSCT) e a resposta tinha sido sempre a mesma, de que o Plano estava praticamente concluído, tendo o atraso sido justificado com a pandemia. -----



--- Finalmente, no mês de março de 2024, tinha sido lançada pela Câmara Municipal, consulta pública sobre uma proposta da empresa de consultoria encarregada pela elaboração do PMSCT, tendo o prazo sido extremamente curto para a pronuncia. Considerava que subsistia falta de clareza quanto ao estatuto do documento em apreço, o qual havia gerado forte polémica, protestos por parte dos cidadãos e amplo debate na comunicação social. Referia que se tinha registado uma participação significativa da população, salientando que ele próprio havia apresentado um contributo detalhado, à semelhança do que também ocorrera por parte da entidade Ecotopia Activa, Associação da qual ele era membro, nomeadamente porque o Plano iria afetar o terreno do Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT). -----

--- Continuava referindo que, há cerca de dois anos, tinham sido informados de que os contributos apresentados seriam objeto de sistematização, seguindo-se posteriormente uma apresentação pública da versão atualizada do documento. Entretanto, assinalava que tinham sido concretizadas algumas intervenções pontuais e avulsas, designadamente a instalação de mais suportes para bicicletas, a aprovação do Regulamento para o licenciamento de postes de carregamento elétrico e a celebração anual do Dia Europeu sem Carros. -----

--- Quanto às restantes matérias, referia que se mantinham praticamente inalteradas, continuando o Centro Histórico fortemente dominado pelo automóvel, com passeios e praças em frente a edifícios históricos ocupados por veículos estacionados. Acrescentava que não existia um limite uniforme de velocidade na zona histórica, nem uma fiscalização consistente, o que permitia que motociclos circulassem a velocidades excessivas pelas ruas estreitas, gerando ruído muito acima do admissível. Tal situação, segundo referia, causava perturbação e insegurança a moradores e visitantes, mencionando, a título exemplificativo, o relatado por uma idosa residente da Rua da Porta Nova, visivelmente perturbada. -----

--- Tinha sido criado o serviço Sobe e Desce por forma a reduzir o transporte individual, no entanto era pouco utilizado, excetuandoos estudantes. Havia falta de promoção, divulgação, circulando com baixa frequência e sem horários afixados em várias paragens, como acontecia há meses, na paragem junto à Estação Ferroviária, o que levava cada vez mais pessoas a recorrerem ao TVDE dando origem a um aumento do trânsito automóvel. -----

--- Considerava que uma intervenção daquela natureza conduzia à inação ou ao mero adiamento das soluções, não se contribuindo, desse modo, para a construção de uma Tavira moderna, habitável e verdadeiramente atrativa, tanto para residentes como para visitantes. -----

--- Pensava que não era tarefa simples devolver o Centro Histórico aos cidadãos como espaço de encontro, convívio e vida social ao invés de o manter ao serviço quase exclusivo do transporte motorizado. -----

--- Há dois anos, o debate em torno do PMSCT parecia marcar o início de uma visão estratégica de longo prazo, porém, questionava o que tinha acontecido àquela visão, se os cidadãos não tinham o direito de saber qual tinha sido o destino das suas propostas e contributos. O Executivo Municipal tinha de agir com determinação e transparência. -----

--- Terminou dizendo que a mobilidade suave e sustentável não podia ser vista de forma isolada devendo estar articulada com o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) e com o Plano Diretor Municipal (PDM) porque a rua era muito mais que mobilidade e, dentro dela, muito mais que mobilidade motorizada, porque as ruas e praças eram espaços de encontro, de permanência, de observação, de conversa, de brincadeira, de celebração e de vida e, era uma cidade assim que muitos desejavam. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal referia que o PMSCT não havia estado em consulta pública, esclarecendo que o que ocorrera fora apenas um pedido de contributos relativamente à primeira versão do documento entregue pela equipa técnica. Acrescentava que tal opção se justificara, designadamente, pelo facto de, nomeadamente no que respeita à estrada que atravessava o CEAT, já se terem verificado manifestações públicas contestando a construção daquela via. -----

--- Face ao ocorrido, o PMSCT tinha parado pela necessidade de o compatibilizar com o PMAC e, mais importante ainda, devido à questão do PDM, às decisões sobre o Centro Coordenador de Transportes e algumas outras decisões que poderiam alterar as questões da mobilidade. Aquelas eram as razões por que o processo de consulta pública não tinha avançado pois havia o risco de ficar desadequado dos outros instrumentos que a Câmara Municipal dispunha, nomeadamente, porque estava em análise a hipótese de deslocalizar o Centro Coordenador de Transportes, cuja proposta tinham no PDM e esperavam a pronuncia das entidades. Assim, tinham entendido parar e retomá-lo quando tivessem as decisões plenamente tomadas, assumidas e, sobretudo, em conformidade com os restantes instrumentos de gestão, não de planeamento. -----

--- Quanto ao Centro Histórico e à questão da fiscalização o que podia informar era sobre as várias vezes que, tanto ela, como o Vereador com competência naquela área, tinham alertado da PSP para que fizessem cumprir a sinalética existente. O Centro Histórico tinha sinalização vertical e, portanto, tinha que ser cumprida, cabendo à PSP fazer a fiscalização. O Município não tinha Polícia Municipal pelo que não podiam fazer aquele tipo de fiscalização, fazendo outras. -----

--- Na última reunião da Comissão Municipal de Trânsito que se tinha realizado, pensava que no final do mês de janeiro anterior, tinham falado sobre a necessidade de reforçar a fiscalização e o policiamento, muito por conta do estacionamento abusivo, sendo que a PSP tinha referido que não ter efetivos suficientes e, portanto, tinham voltado a pedir mais efetivos esperando que o

novo Ministro da Administração Interna pudesse fazer um reforço, nomeadamente relativamente ao Posto de Tavira que era o que mais concretamente lhes interessava. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha mais uma inscrição da cidadã Inês Mesquita. -----

--- **A Cidadã Inês Mesquita** cumprimentou todos e disse que pretendia abordar dois assuntos que eram parte dos quatro que tinha colocado na Assembleia Municipal de há um ano. Um dos assuntos tinha sido resolvido há uma semana, e estava relacionado com uma estrada que estava por arranjar. O outro assunto, tinha acabado de ser abordado ali e referia-se ao PM. -----

--- Assim, pretendia falar sobre o PDM e o Plano Pormenor do Pero Gil (PPPG). -----

--- Em outubro de 2025, em campanha eleitoral, tinha sido prometida a conclusão da revisão do PDM, sendo que passados dois meses, tinha sido novamente adiado por mais dez meses. Aquela situação acontecia desde 2016, altura em que se tinha iniciado a revisão do PDM e, conseqüentemente, o PPPG não se resolvia, o que ainda não tinha percebido muito bem. -----

--- Continuou dizendo que, supostamente aquele Plano de Pormenor deveria de ter deixado de ter efeitos no ano 2020, pelo que continuavam no limbo. Ainda recentemente se tinha deparado com um parecer da Divisão de Assuntos Jurídicos que informava que todos os proprietários seriam afetados por aquela situação, mas encontravam-se no limbo como próprio PPPG. -----

--- Afirmou que necessitavam de ter uma resposta quer relativamente ao PDM, quer ao PPPG pois eram mais dez meses, que posteriormente seriam mais outros dez, mas necessitavam de respostas. -----

--- Outra questão que pretendia abordar estava relacionada com o CEAT que estava prestes a cumprir cem (100) anos e estava em risco de desaparecer, de deixar de funcionar, por não dispor de assistentes operacionais. Considerava que era um problema muito grave porque se tratava especialmente de um espaço onde tinha sido efetuado um investimento de um milhão e quinhentos mil euros (€ 1.500.000,00) para revitalizar as regas, os edifícios e outros, mas estava sem trabalhadores. -----

--- Tinham tomado conhecimento que iriam ser abertas duas vagas, mas por mobilidade, pelo que gostavam de saber se, de alguma forma, o Município conseguia interceder quanto àqueles postos de trabalho. Desconhecia se estava no âmbito da Câmara Municipal poder ajudar, nem que fosse pela divulgação. -----

--- Outra questão relativa ao CEAT era que aquele investimento tinha sido efetuado tendo por base a Dieta Mediterrânica uma vez que Tavira era a cidade representativa e parceira da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) no conceito da Dieta Mediterrânica, que, no entanto, não podia apenas servir como desculpa para a execução de

projetos e obtenção de financiamentos, pois tinha que ser vivida e aquele era o local de Tavira que ligava a agricultura à cultura pelo que tinha que ter expressão porque, provavelmente, em termos de agricultura, Tavira não seria o que era se o CEAT não existisse, razão porque considerava que tinha que haver uma intervenção da Câmara Municipal. -----

--- Terminou dizendo que gostavam de saber qual era a posição da Câmara Municipal em relação ao que acontecia no CEAT.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, com a aprovação do PDM, o PPPG deixaria de existir, à semelhança do que sucedia com todos os terrenos que não se encontravam infraestruturados, os quais passavam automaticamente a solo rústico, nos termos do que se encontra consagrado na Lei dos Solos, não sendo possível ao Município alterar tal enquadramento. Acrescentava ainda que a CCDR já havia alertado para o facto de não existirem áreas de expansão. -----

--- Com a entrada em vigor do PDM todos os terrenos que atualmente eram urbanizáveis que não estivessem infraestruturados passavam a terrenos rústicos e todos os planos, o PPPG, o Plano de Urbanização da Luz de Tavira, o Plano de Urbanização de Santa Catarina, deixavam de vigorar.-----

--- Relativamente ao parecer do ano 2020, na sequência do email que tinham enviado e de que ela tinha tomado conhecimento, existia uma posição da Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização (DAJF) indicava que o Plano já devia de ter deixado de vigorar pela duração prevista no próprio e porque os terrenos não tinham sido infraestruturados.-----

--- O que pensava era que não deveriam de estar no limbo porque certamente que o Plano deixaria de vigorar, pelo que se existiam pretensões de construir, deviam ser imediatas porque se não houvesse aquela intenção os terrenos passariam a rústico. -----

--- Quanto ao CEAT, como a cidadã Inês Mesquita tinha dito, e bem, a Câmara Municipal era parceira, todavia pensava que as questões deveriam primeiramente ser dirigidas à CCDR Algarve.

--- O que podia dizer era o que tinha partilhado com o Presidente da CCDR Algarve, nomeadamente quanto à preocupação, não apenas pelo abate das árvores que ali tinha ocorrido, mas também por não terem funcionários, sendo que lhe tinha sido dito que tinham sido realizados processos de recrutamento por mobilidade que tinham ficado desertos. -----

--- Como tinha referido, e bem, tinham feito uma intervenção ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, presentemente estava aberto um procedimento para a contratação de um técnico superior e, pensava, que eram dois assistentes operacionais que tinham sido contratados a termo certo pelo período do projeto, cujo contrato tinha terminado no mês de janeiro anterior.

--- Não conseguia visualizar como a Câmara Municipal podia recrutar as pessoas já que tal extravasava largamente as competências que tinham. Podiam divulgar, mas não dispunham de



assistentes operacionais disponíveis para o efeito, sublinhando que as contratações realizadas tinham sido efetuadas precisamente para suprir as necessidades existentes nas escolas. Acrescentava que, apesar disso, tinham sido alvo de críticas, dando a entender que tais contratações se destinariam apenas a fazer número, o que não correspondia à realidade. Indicava que as contratações efetuadas se destinavam maioritariamente ao reforço do pessoal não docente das escolas, por se revelar necessário face ao número significativo de trabalhadores que se tinha reformado e à progressão na carreira de outros, que transitavam para funções de assistentes técnicos administrativos, muitos deles detentores de licenciaturas, vindo posteriormente a integrar a administração pública como técnicos superiores, ao abrigo dos regimes de mobilidade.-----

--- Esclarecia que o problema existente residia no facto de apenas as câmaras municipais procederem a recrutamento externo, uma vez que a restante Administração Pública realizava maioritariamente recrutamentos internos, circunscritos aos próprios órgãos dentro da própria administração pública, portanto, se estavam todos com falta de recursos humanos porque não tinham para determinadas profissões como pedreiros, eletricitas, carpinteiros e estavam todos à procura do mesmo. Acrescentava que, caso não recorressem ao recrutamento externo, tal resultaria num desfalque contínuo da administração local, a qual suportava os encargos financeiros e de tempo associados aos procedimentos concursais, era necessário um júri, preparar três (3) provas, escrita, prática e psicotécnicas, sendo um processo dispendioso para o Estado que exigia tempo e dinheiro, mas que a Administração Central tinha de resolver. Acrescentava que a Câmara Municipal não podia continuar a recrutar recursos humanos que acabavam por transitar, por exemplo, para a Segurança Social ou para a Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP), para onde já tinham, entretanto, sido integradas cerca de nove pessoas. Referia que, embora tal situação fosse compreensível e própria da dinâmica normal da Administração Pública, não deixava de representar um ônus significativo para a administração local, que suportava os custos e o esforço associados aos respetivos procedimentos de recrutamento. -----

--- Quanto ao que podiam fazer, não podiam fazer nada. Eram parceiros, insistiam e obviamente que gostava que houvesse recursos humanos, porém questionava qual era a opinião se já tivessem insistido cinco vezes, tivessem apresentado proposta para ficarem com os edifícios do CEAT e se nunca lhes tivessem respondido. O que lhe parecia era que se não respondiam era porque não queriam, porque ao fim de cinco vezes certamente que tinham conhecimento do interesse que a Câmara Municipal tinha em fazer alguma coisa, pelo que se não respondiam era porque não queriam porque aquele património era visto como pertença da DRAP e não lhe pretendiam dar outro uso, mantendo-o como estava. -----



--- Deixava aquela questão que ela própria se colocava e, sinceramente, tinha de confessar que depois de questionar por cinco vezes já tinha perdido a esperança de terem alguns daqueles espaços ou de poderem dinamizar ali algum tipo de projeto.-----

--- Outra questão que lhe causava frustração prendia-se com o facto de, nas sucessivas mudanças de Governo, a estratégia ir sendo alterada. Referiu que, na última visita do atual Ministro da Agricultura, havia sido mencionado que naquele espaço poderiam vir a ser concretizadas diversas soluções, desde a instalação de um restaurante até a um boutique hotel. Esclarecia que partilhava essa informação por não a considerar uma inconfidência, uma vez que a mesma fora transmitida publicamente, na presença de várias pessoas que a acompanhavam e que tinham ouvido o mesmo. Concluía afirmando que, apesar disso, ainda não lhe era claro qual a estratégia definida para aquele espaço.-----

--- Insistia que, ainda naquela mesma semana, tinha abordado o assunto com o Presidente da CCDR, uma vez que este lhe havia remetido um ponto de situação relativo à questão dos assistentes operacionais, bem como ao processo de prestação de serviços que se encontravam a tentar concretizar, desde que o mesmo não ficasse deserto. Acrescentava que tal se destinava a assegurar que o investimento realizado ao abrigo do PRR não fosse desperdiçado, sublinhando que as intervenções já efetuadas careciam de acompanhamento e manutenção adequados.-----

--- Terminou dizendo que, em bom rigor, não existia grande coisa que pudessem fazer pois não tinham competência naquela área, o espaço não pertencia à Câmara Municipal e, portanto, toda a intervenção carecia sempre de autorização por parte de quem tinha o espaço, via protocolo ou outro.-----

--- Concluiu dizendo que o processo das hortas urbanas tinha demorado dois ou três anos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia com a Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal disse que ia dar nota daquilo que tinha acontecido desde a última Assembleia Municipal realizada no mês de dezembro anterior.**-----

--- Tinham exposições patentes nos museus, chamando à atenção para a que estava na Biblioteca Municipal “*António Viana Barreto, Mestre da Paisagem*” que era uma exposição comemorativa do centenário do nascimento de António Barreto e, portanto, mostrava a sua obra. Convidava todos a visitá-la e, também, a exposição que tinham em parceria com o Museu do Azulejo, que era “*O Azulejo em Portugal. Uma História em Aberto*” e que estava patente no Palácio da Galeria que considerava valer muito a pena ser visitada.-----

--- Tinham realizado também algumas visitas guiadas que convidava todos a participar.-----

--- Obviamente que tinham os programas culturais da Câmara Municipal e também das associações culturais locais como a *“Música nas Igrejas”* da Academia de Música de Tavira, os *“Passeios na História de Tavira”* organizados pelo Município, atividades familiares e infantis no Museu, e o *“Encontros com autores”* na Biblioteca Municipal. -----

--- Tinham decorrido as *“Comemorações em honra de Santa Maria”*, Nossa Senhora das Candeias que a Junta de Freguesia de Tavira também tinha assinalado com um Concerto no Teatro Municipal.-----

--- Continuavam com os *“Diálogos da Liberdade”*. A Casa Álvaro de Campos prosseguia com regularidade com as *“Conferências no Inverno”*, na Biblioteca Municipal.-----

--- Relativamente ao Desporto, para além do Programa de Promoção da Atividade Física que o Município tinha, realizou-se o *“8.ª Edição do Open de Karaté Cidade de Tavira”*, o *“Encontro de Natação entre as escolas do Algarve”*, o passeio de cicloturismo para as comemorações do Dia de Santa Maria e o *“1.º Aquatio Jovens de Tavira”* organizado pelo Clube de Vela de Tavira. -----

--- Tinham recebido mais uma edição da *“Volta ao Algarve”*.-----

--- Decorreu o *“Torneio Hélder Leal”* com vários jovens da formação de andebol das várias seleções regionais do país e que tinha sido muito interessante.-----

--- Realizou-se o *“Torneio de Petanca”*.-----

--- Tinham tido a programação de Natal e Passagem de Ano e mantido a tradição com as Charolas que tinham voltado a receber no Teatro Municipal e que no Dia de Reis, tinham cantado no Edifício dos Paços do Concelho, como habitualmente. Tratava-se da Charola da Banda Musical de Tavira.-----

--- Realizou-se o *“Festival Sol de Inverno”* que tinha tido a sua primeira edição em janeiro de 2025, num dia chuvoso, tendo a última edição sido claramente mais ensolarada e com um sol de inverno espetacular. Felicitava o Clube de Tavira, a Junta de Freguesia e o Município pela parceria, mas especialmente o Clube de Tavira que tinha acabado por assumir uma postura dinâmica de organização que, no corrente ano também tinham feito algumas alterações, o que considerava ter sido uma aposta ganha. -----

--- O Carnaval infantil era sempre um momento importante tendo-se conseguido evitar a chuva. Também tinham ocorrido os bailes de Carnaval no Mercado da Ribeira. -----

--- Mais uma vez organizado pelo Agrupamento 100 do Corpo Nacional de Escutas (CNE) Tavira, tinha-se realizado o *“Festival das Sopas”*.-----

--- Passando ao tema de obras e urbanismo, pensava que na semana seguinte estariam a iniciar a empreitada de *“Beneficiação, adaptação funcional e ampliação da unidade de saúde de Cabanas – Conceição de Tavira”*. Presentemente o Centro de Saúde estava fechado e as consultas a

acontecer em Tavira. Posteriormente iriam ter contentores onde as pessoas se poderiam dirigir para as consultas. Porém ainda iria demorar porque estava a realizar-se o respetivo procedimento.-----

--- Tinham assinado contrato para a *“Empreitada de conceção – construção de 24 fogos de habitação social, no sítio da Boavista, concelho de Tavira”*.-----

--- Estavam a decorrer as *“Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho – Caminhos Municipais na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira”*.-----

--- Pensava que ainda se iniciaria até ao final do corrente mês, a empreitada de *“Construção de 24 fogos de habitação social em Cabanas de Tavira”*.-----

--- Estava adjudicada, para contrato, a *“Intervenção na Rua de Santa Margarida e Beco Ruy Maria Palermo Ferreira – Santa Margarida”* cuja empreitada estava relacionada com os pluviais e passeios.-----

--- A *“Estabilização de taludes e reforço estrutural de túnel – Concelho de Tavira (4 Lotes)”* referia-se a alguns taludes, algumas estradas em Cachopo, Santa Catarina, Cabanas e, pensava que na Portela da Corcha. A empreitada tinha um valor de cerca de um milhão e quinhentos mil euros (€ 1.500.000,00) e estava em adjudicação seguindo para contrato.-----

--- Também estava já adjudicada, seguindo para contratação, a *“Execução para a instalação simplificada de atletismo em Santa Luzia”*.-----

--- Quanto ao concurso para a *“Reposição de Legalidade Urbanística – Execução Coerciva (Processo Administrativo 48/17) no sítio de Montes e Lagares – Santa Catarina da Fonte do Bispo – Tavira”*, tinha ficado deserto.-----

--- Como já tinha referido na Assembleia Municipal anterior, a empresa a quem tinha sido adjudicada a *“Intervenção no Passadiço de Cabanas”*, não tinha conseguido prestar caução pelo que tinham tido de anular o procedimento que estava a ser reavaliado para lançarem novamente. Não o tinham feito ainda por estarem a aguardar a Revisão do Orçamento e a integração do Saldo de Gerência que iam aprovar ali, tal como acontecia com os outros contratos, porque para as intervenções serem adjudicadas, necessitavam de ter verba em Orçamento.-----

--- Como todos se recordavam tinha caído um edifício que tinha destruído uma parte da Caixa de Palco do Cine Teatro, mas que não tinha causado danos de maior. Tinham lançado a *“Empreitada de reparação da parede do cineteatro António Pinheiro”* e o revestimento já tinha sido repostos.---

--- Estava a decorrer a empreitada para a *“Instalação de novo relvado no polidesportivo da Bela Fria”*.-----

--- O *“Aproveitamento de Água das Piscinas para Fins não Potáveis”* já estava concluído, estando em fase de Receção.-----

--- Também estavam praticamente concluídas as *“Obras de Conservação no Centro Paroquial de Cabanas”* que tinha tido alguns trabalhos complementares cujo contrato estava para assinar, o que pensava aconteceria na semana seguinte.-----

--- Continuava a decorrer a bom ritmo a empreitada de *“Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente”*.-----

--- Quanto às *“Obras de conservação e beneficiação da Rede Viária do Conselho - Caminhos Municipais na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão e na Freguesia de Tavira”* após dois meses de chuva, a empreitada tinha sido retomada.-----

--- A *“1.ª Fase - Obras de Manutenção, Conservação e Restauro na Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira”* estava praticamente finalizada e tinham o caderno de encargos praticamente concluído para intervirem no resto do corpo da Igreja, bem como na iluminação e pintura interior. Tratava-se de uma intervenção no valor de cerca de dois milhões de euros (€ 2.000.000,00).-----

--- A *“Execução de edifícios de serviços de saúde em Tavira: unidade de consultas externas de alta resolução e diagnóstico ambulatório e sede do ACES Sotavento”* continuava a um bom ritmo, o que era visível por todos.-----

--- Terminou dizendo que tinham também a *“Empreitada de Intervenção no polidesportivo da Bela Fria”* que estava relacionada com o relvado, com as casas de banho, balneários e zona envolvente.-----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** cumprimentou todos e disse que, pela segunda vez, questionava a Presidente da Câmara Municipal sobre o que queria dizer com *“instalações simplificadas de atletismo”*, que não era apenas para o esclarecer a ele próprio, mas a todos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** que se tratava precisamente de uma instalação dotada de uma pista, bem como de um espaço que permitia a prática de outras disciplinas do atletismo, designadamente lançamentos de peso, disco, dardo e martelo, embora sem cumprir as medidas oficiais, as quais não seriam compatíveis com a área disponível naquele local.-----

--- Disse que, no sábado seguinte, iria ter lugar uma inauguração de carácter simbólico da intervenção realizada na escola primária, ao abrigo do Orçamento Participativo, tratando-se de um processo antigo que se havia arrastado no tempo devido a problemas ocorridos com o empreiteiro. Referia que essa pequena inauguração serviria igualmente para apresentar os dois projetos de arquitetura em desenvolvimento, designadamente o do Pavilhão de Santa Luzia, cujas especialidades se encontravam em execução, bem como o da Pista de Atletismo, que se encontrava em fase de preparação para outorga de contrato.-----

--- Convidava o Deputado Municipal Viriato Jesus a estar presente na inauguração que seria pelas dez horas e trinta minutos, e ficaria a conhecer os projetos.-----

--- **O Deputado Municipal Hélder Conceição**, Presidente da Junta de Freguesia da Conceição de Tavira, cumprimentou os presidentes da Assembleia e Câmara Municipal, Executivo Municipal, presidentes de junta de freguesia, deputados municipais, público presente e a assistir em casa.----

--- Referia que era verdade que tinham sido mencionadas diversas referências, mas pretendia salientar um aspeto que considerava particularmente relevante, por se orgulhar de verificar que tinham sido propostos trabalhos para as zonas mais elevadas da Freguesia, designadamente Carrapateira, Alfarrobeira, Várzea e Vale de Ebros.-----

--- Os trabalhos propostos pelo Executivo Municipal estavam a decorrer de forma positiva e os fregueses estavam gratos pela inovação na concretização daquela intervenção, que estava praticamente concluída.-----

--- Pretendia, contudo, referir outras preocupações que tinham, reiterando a importância de intervirem na Rua 25 de Abril com o restauro da via, que há muitos anos aguardavam que acontecesse.-----

--- Salientou ainda, a Estrada da Caiana que devido à largura da via, constituía uma grande dificuldade para a circulação. Também não tinha bermas pelo que era necessário refletirem sobre um projeto que pudesse melhorar aquela via.-----

--- Recordava que era absolutamente necessária uma via alternativa para Cabanas de Tavira, o que ia ficando no esquecimento.-----

--- Manifestava o apelo a que, de forma gradual, fossem sendo adotadas medidas tendentes à concretização das intervenções consideradas prioritárias, destacando, a Rua 25 de Abril, que entendia ser uma intervenção de particular importância e necessidade para a Aldeia da Conceição de Tavira.-----

--- Para terminar, disse que queria referir uma questão de solidariedade e do apoio que todos podiam dar. Estava em curso a fase final da votação da Missão Continente para a requalificação do Parque Infantil da EB1/JI da Conceição de Tavira. Aquela escola era frequentada por cinquenta e cinco (55) crianças e carecia de uma intervenção profunda no espaço exterior. Estava em causa um financiamento de quinze mil euros (€ 15.000,00), sem qualquer custo para o Município, dependendo exclusivamente do número de votos obtidos.-----

--- Tratava-se de uma votação simples e gratuita, bastando para tal aceder à aplicação do Continente, entrar na Missão Continente e procurar a EB1/JI da Conceição de Tavira. A votação estava na sua fase final pelo que a mobilização da comunidade podia fazer toda a diferença na melhoria das condições em que aquelas crianças cresciam, brincavam e aprendiam.-----

--- Concluiu apelando à participação e divulgação daquela iniciativa da Associação Rotinas Selvagens para que pudessem melhorar a EB1/JI da Conceição de Tavira com uma candidatura à Missão Continente. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que relativamente à Rua 25 de Abril, estavam a trabalhar na Revisão do Projeto. A intervenção estava prevista em Orçamento e contavam lançar a empreitada ainda no corrente ano. -----

--- Quanto à estrada da Caiana que necessitava de bermas e de uma melhor intervenção que aquela que tinham feito, que tinha acabado por ser apenas o pavimento, estava sinalizada, mas não se encontrava nas intervenções prioritárias. -----

--- Relativamente à alternativa para Cabanas, estava contemplada no PDM, que pensava seria aprovada. -----

--- No que se referia à Missão Continente, que tinha ficado a saber, e ao piso da escola, já estava sinalizado. Em setembro ou outubro passado, aquando da sua última visita àquele local, tinha ficado sinalizada a necessidade de entrevirem no piso, como acontecia no Infantário da Luz de Tavira e no Eco, que contavam fazer durante as férias do verão uma vez que implicava alguma alteração na dinâmica dos jardins de infância. -----

--- Concluiu dizendo que, de qualquer modo, era bom que pudessem votar porque o recebimento de qualquer verba para investimentos nos edifícios escolares apesar da Câmara Municipal intervir em algumas questões, era sempre bem-vinda. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois, referente à Proposta n.º 358/2025/CM – Alteração do Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade | Tavira Cresce.**

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha sido aprovado em Assembleia Municipal o Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade. -----

--- Posteriormente tinham surgido dúvidas quanto ao n.º 2 do Artigo 2.º relacionadas com o facto das crianças não nascerem em Tavira, mas no Hospital de Faro, os pais podiam optar pela indicação de Tavira, de uma das freguesias de Tavira em que residiam, ou, sendo naturais de outro concelho, pela respetiva freguesia de origem, como sucedia no caso de Faro, freguesia da Sé, exemplificando com a sua própria situação, uma vez que era natural de Faro, conforme constava dos seus documentos de identificação. -----

--- Esclarecia que o que sucedia, por mero lapso ou por opção dos próprios pais, era que, ao indicarem que a criança ficava como natural de Faro, em virtude da localização do hospital, acabavam por não reunir as condições para beneficiar do apoio. Referia, desse modo, que a presente alteração visava proceder a uma retificação, de forma a que não subsistissem dúvidas de

que todas as situações em que pelo menos um dos progenitores residisse em Tavira conferiam direito ao apoio, independentemente da naturalidade registada. -----

--- Tinha-se verificado por duas vezes uma situação daquela natureza pelo que pretendiam clarificar porque a ideia inicial não era aquela, mas que a pessoa fosse registada em Tavira. -----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** referiu que concordava com o exposto, uma vez que tal situação lhe tinha ocorrido pessoalmente, esclarecendo que o seu primeiro filho havia ficado registado como natural de Faro, por desconhecer à data que o poderia ter registado em Santa Luzia, desconhecimento esse que resultara de falta de informação adequada. Acrescentava que, apesar de posteriormente ter tentado proceder à alteração do registo, tal não fora possível, circunstância que lhe causava alguma mágoa. -----

--- Referia ainda que concordava com o que havia sido exposto pela Presidente da Câmara Municipal, contudo manifestava o desejo de que fosse reforçado um apoio à natalidade mais robusto. Acrescentava que, de acordo com a informação de que dispunha, o apoio então previsto ascendia a trezentos euros (€ 300,00), montante que considerava insuficiente enquanto verdadeiro incentivo à natalidade, sobretudo num Município que afetava valores significativamente superiores a iniciativas como concertos e festas, relativamente às quais esclarecia que não tinha nada contra. -----

--- Considerava que existia ali uma oportunidade para o Município estruturar uma rede de apoios, através do estabelecimento de parcerias com o comércio local e com grandes superfícies, permitindo, por exemplo, a atribuição de vouchers destinados a apoiar a aquisição de produtos de higiene, alimentares e de saúde. Referia que tal apoio poderia assumir a forma de um voucher mensal durante o primeiro ano de vida, sublinhando que, em muitos casos, a atribuição direta de verbas monetárias não permitia assegurar que o apoio chegasse efetivamente ao seu destinatário final.. -----

--- Referia que, nas freguesias do interior, como por exemplo Cachopo, o montante do apoio ascendia a quinhentos euros (€ 500,00), o que considerava ainda mais preocupante. Sublinhava que se tratava de uma freguesia do interior onde já não existia escola, o acesso a cuidados médicos era limitado, e as vias de comunicação eram deficientes e demoradas, pelo que aquele valor acabava por se revelar manifestamente insuficiente. Acrescentava que, nessas condições, os quinhentos euros (€ 500,00) apenas permitiriam suportar custos imediatos de deslocação, apenas serviam para pagar a um táxi para saírem dali o mais rapidamente possível. -----

--- Terminou dizendo que o Município devia de robustecer o apoio e que a médio e longo prazo pudessem verificar que o mesmo tinha, de facto, surtido efeito pois pensava que os valores

apresentados eram pequenos e que ficava mal a um Município que gastava verbas elevadas em concertos milionários. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou todos os presentes e os que os seguiam pelas redes sociais. -----

--- Disse que a bancada do PS pretendia, mais uma vez, reconhecer positivamente a visão de futuro expressa pelo Executivo da Câmara Municipal de Tavira. Na verdade, aquela medida de apoio à natalidade era disso exemplo, de quem tinha uma versão de futuro para o seu concelho, mas também integrada no próprio país. -----

--- Portugal enfrentava um envelhecimento populacional crítico, o que não eram perceções mas uma realidade. Era o país da União Europeia (EU) que estava a envelhecer mais rapidamente. Em 1990, o rácio era de sessenta e seis (66) idosos por cada cem (100) jovens, sendo atualmente de cento e oitenta (180) idosos por cada cem (100) jovens, pelo que havia quase duas vezes mais idosos do que jovens e crianças. A par da Itália, Portugal era o país da UE com mais envelhecimento, representando vinte e cinco por cento (25 %) da população. Era o quarto (4.º) país mais envelhecido do mundo estando o problema, fundamentalmente, no facto de continuar naquele caminho de desequilíbrio porque enquanto a população idosa crescia dois por cento (2 %) ao ano, a proporção de jovens diminuía onze vírgula sete por cento (11,7 %). -----

--- Acrescentou que o envelhecimento demográfico era um desafio estrutural que, tanto a nível nacional, que a política do Governo "*devia de ser atacado*", mas também cabia ao Poder Local promover um conjunto de medidas para minorar situações daquela natureza. Era um desafio estrutural porque gerava pressão na Segurança Social, no Sistema de Saúde, mas também na Economia porque, como era do conhecimento público, o envelhecimento da população portuguesa estava a pressionar o mercado de trabalho e representava um grave risco para as empresas, sendo a razão por que a imigração era necessária. -----

--- Destacava as medidas de apoio à natalidade promovidas pelo Município de Tavira em que era prevista uma majoração para o interior como tinha sido referido pelo Deputado Municipal Viriato Jesus. -----

--- O lançamento daquele programa tinha acontecido, pensava que no mês de agosto anterior, tendo cerca de seis (6) meses, pelo que a bancada do PS gostava de colocar uma questão. Pretendiam saber o número de apoios que tinham sido concedidos desde a aprovação da medida, e qual o valor global envolvido. -----

--- Pretendiam ainda saber se o Regulamento de Apoio à Natalidade permitia a revisão dos valores atribuídos caso as condições orçamentais o permitissem. -----



--- Gostavam de ouvir qual era a perspetiva da Presidente da Câmara Municipal e do Executivo relativamente àquelas duas questões. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que obviamente a intenção do Executivo era sempre atribuir apoios mais elevados, uma vez que o objetivo passava por melhorar a qualidade de vida de todos os munícipes. Acrescentava que foi precisamente com esse propósito que havia sido elaborado o referido Regulamento, salientando que, há cerca de um ano, não existia qualquer apoio deste tipo, tendo-se procurado, entretanto, criar um primeiro instrumento de resposta nessa área..-----

--- O Regulamento tinha sido aprovado em Assembleia Municipal seguindo-se a publicação em Diário da República e, pensava, que tinha entrado em vigor no final de outubro ou início de novembro passado.-----

--- Até há presente data tinham sido pedidos cerca de cinquenta (50) apoios o que correspondia a um investimento de sensivelmente quinze mil euros (€ 15.000,00). -----

--- Obviamente que tinham de avaliar um ano, um ano e meio após o seu início, tendo certamente margem para progredir e melhorar, todavia era necessário continuarem a ter cultura, saúde, manter as escolas em boas condições, ir gerindo todas as situações. -----

--- Compreendia que o Deputado Municipal Viriato Jesus manifestasse uma posição contrária à realização de concertos, observando, contudo, que, sempre que os mesmos se realizavam em Santa Luzia, considerava que os apoios concedidos pela Câmara Municipal eram baixos. Sublinhava que se tratava de opiniões, às quais todos tinham direito, enquanto cidadãos com liberdade de expressão, esclarecendo que respeitava as mesmas. Acrescentava, todavia, que tais matérias deveriam ser avaliadas e acompanhadas com seriedade, entendendo que, decorrido um ano, deveria ser efetuado um ponto de situação, por não se tratar de questões passíveis de abordagem leviana.-----

--- Referia que o valor estipulado correspondia ao montante que entendiam ser possível enquadrar no Orçamento Municipal, esclarecendo que, caso viessem a verificar a existência de margem para acomodar uma verba superior, assim procederiam, tal como já havia acontecido em outras áreas, nomeadamente com as bolsas de estudo. Relembra que, de acordo com o Regulamento Municipal, estavam inicialmente previstas cinquenta (50) bolsas de estudo, sendo que, atualmente, eram atribuídas duzentas (200) bolsas, abrangendo todos os candidatos que preenchiam os critérios regulamentares. A título exemplificativo, referia que anteriormente não eram elegíveis os estudantes a frequentar mestrado, situação que fora entretanto alterada, passando também estes a beneficiar do apoio. Considerava, assim, que se tratava de um processo evolutivo, sublinhando que era necessário iniciar as medidas, proceder à sua avaliação e

acompanhamento e, sempre que se verificasse a existência de margem financeira, reforçar os apoios, no sentido de contribuir progressivamente para uma melhor qualidade de vida, através de incentivos cada vez mais eficazes e significativos.-----

--- O Deputado Municipal David Martins disse que pretendia fazer uma pequena intervenção porque a sua bancada tinha que responder à intervenção efetuada pela bancada do PSD que demonstrava claramente a incoerência e a demagogia que tinham, nomeadamente o Deputado Municipal Viriato Jesus que tinha ali criticado o apoio no âmbito da natalidade dizendo que o valor era muito baixo e denegrindo os eventos que se realizavam, dizendo que nada tinha contra mas “*alfinetando*”, sendo aquela a posição que adotavam. -----

--- Referiu que gostava de dizer ao Deputado Municipal e à bancada do PSD Tavira que, de facto, o PS e o Executivo viam o investimento na cultura e nos eventos como um investimento no reforço da imagem do destino que estava associada a um destino turístico mais pujante, à criação de comércio, de emprego e à dinâmica que necessitavam, sendo o que se chamava futuro pois era fundamental garantir o futuro para as gerações vindouras. -----

--- Continuou dizendo que até lhe parecia um paradoxo o facto de o Deputado Municipal Viriato Jesus ter sido o próprio, se não estava equivocado, no dia 3 de dezembro ou em outra sessão anterior, a criticar o Executivo Municipal por a Vila Natal de Santa Luzia ter poucos recursos, pretendendo um apoio de mais uns milhares de euros e, naquele momento, era o próprio que dizia que o Executivo Municipal gastava muito dinheiro em eventos. Assim, parecia-lhe que era apenas criticar por criticar, sendo aquela política de ziguezagues que não dava credibilidade ao PSD, do que não tivessem dúvidas. Ele tinha a certeza que se fosse o PSD a governar os destinos da Câmara Municipal acabariam com a Feira da Dieta Mediterrânica, com a Passagem de Ano ou, no limite, contratariam cantores populares cujo preço não fosse superior a cem euros (€ 100,00), que possivelmente nem existiam. -----

--- Que o desculpassem, mas considerava uma visão muito redutora e mesquinha, considerando-a inadmissível, pelo que o PS tinha, naturalmente, que alertar para aquela falta de visão estratégica, de coerência. Tavira, e não só, integravam um destino turístico que se chamava Algarve e estavam numa das melhores e mais bonitas cidades da região e país, mais presente turisticamente, pelo que necessitavam de animação todo o ano, “*all year round*”. Como todos sabiam, tinham sido investidos alguns milhões na Cultura pelo que apenas faltava o Governo criar um novo *Allgarve* como tinha acontecido com o Programa *Allgarve 2011*.-----

--- Dirigindo-se à bancada do PSD, disse que não precisavam de rir porque o que estava a dizer era verdadeiro, factual, sendo o que deviam de fazer, exposições, eventos, cantares, dinâmica

cultural como a Presidente da Câmara Municipal tinha apresentado pois tudo aquilo criava emprego.-----

--- Terminou dizendo que era fácil criticar demagógicamente, mas o Povo era culto e as pessoas sabiam, não tendo dúvidas sobre tal. Tavira necessitava de visão e não cortes “cegos” e a cultura e animação eram parte do futuro do concelho.-----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** dirigindo-se ao Deputado Municipal David Martins disse que estavam na Assembleia Municipal de Tavira e não na Assembleia da República pelo que não necessitava de se empolgar, de entrar num estado de euforia.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de dizer que tinham gastado quinze mil euros (€ 15.000,00) “nisso”, na natalidade, e questionava se a natalidade não representava o futuro. Falava-se de terem sido gastos cem mil euros (€ 100.000,00) num concerto de três (3) horas, dos Calema, e por estarem a pedir uma verba superior para a natalidade, estavam a criar todo aquele alvoroço.-----

--- Disse que não era contra as festas, mas a sua centralização porque Tavira não era apenas a Praça da República. Tinha freguesias como Santa Luzia, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santo Estevão, Cabanas, Cachopo e se verificassem em termos percentuais quanto era gasto no Centro da Cidade, , na Praça da República, contudo o comércio existia em toda a cidade e não apenas no Centro e todos pagavam Licença.-----

--- Continuou afirmando que ninguém era contra as festas, mas a sua centralização e prioridade. -

--- Terminou dizendo que considerava vergonhoso e era contra o facto de muitas vezes a Festa de Santa Luzia ter concorrência em Tavira.-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** referiu que o facto de ele se empolgar era resultante do facto de viver aquelas situações porque as sentia, odiava demagogia e que tentassem ludibriar as pessoas com argumentos que, quanto a ele, não faziam sentido. -----

--- Era profissional da área do turismo e sabia como as coisas eram feitas não tendo qualquer dúvida quanto a isso. Não era melhor que ninguém, mas todos tinham a noção de que em termos de Executivo, aquele e todos os outros, quem gastava um valor mais elevado eram os municípios liderados pelo PSD.-----

--- O Deputado Municipal Viriato Jesus estava sentado numa bancada, que representava, naturalmente com o seu direito de voto eleito, tal como ele próprio, o que não pretendia discutir, mas apenas dizer que se pretendesse lhe mostraria os dados porque a simulação já tinha sido elaborada.-----

--- Continuou dizendo que vivia de uma forma empolgada porque não gostava de demagogia, de ziguezagues, e o que notava na Assembleia Municipal era que existiam muitos que faziam



zigzagues, tipo catavento, sendo que o discurso era consoante o interesse e, portanto, aquela continuaria a ser a sua postura. Com muita honra tinha sido deputado na Assembleia da República como mais duas pessoas que ali estavam presentes, Dinis Faisca e Jovita Ladeira, que lá tinham estado com muita honra e orgulho a defender os algarvios, os portugueses, o município, e continuaria a fazê-lo defendendo os tavirenses até ao limite. -----

--- Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal disse que a política que desenvolvia garantia o futuro e era o que devia de fazer. Não esquecia o investimento nas crianças, tinha um plano, um investimento, sendo que Tavira era um exemplo nacional, quase até internacional, na área do apoio aos estudantes, aos jovens, porque, por exemplo, ele tinha tido que pedir um empréstimo para terminar o seu curso.-----

--- Tinha duas filhas, o Deputado Municipal Viriato Jesus tinha os seus, e tinham a honra de ver que recebiam fichas escolares, apoios, sendo bom estarem a apostar no futuro o que acontecia independentemente dos eventos que se realizavam. Os artistas e todos os que trabalhavam no setor dos eventos também necessitavam de ganhar dinheiro, como acontecia com o próprio que até tinha feito uma Declaração de Voto em devido tempo. Desconhecia qual era a sua vida profissional, mas estava a citar uma Declaração de Voto que o Deputado Municipal Viriato Jesus tinha feito dizendo que até participava no evento e todas aquelas pessoas que estavam ligadas aos eventos e às ações, precisavam de viver.-----

--- Concluiu dizendo que o Município necessitava de trabalhar e ganhar visibilidade e notoriedade, portanto, não aceitaria e opor-se-ia a tudo o que fosse contestado, que fosse demagogia, opinião consoante o interesse político-partidário.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se ao Deputado Municipal Viriato Jesus disse que não lhe tinha agradado nada a forma como o Deputado Municipal se tinha referido, que ela tinha dito que tinha gastado quinze mil euros (€ 15.000,00) “*nisso*”. Não tinha falado assim, sendo que o Deputado Municipal tinha dado a entender que ela relativizava o apoio à natalidade, o que não lhe podia permitir exatamente pelo que o Deputado Municipal David Martins tinha referido, porque se havia pessoa que sempre tinha pugnado para que o apoio às crianças, às famílias, fosse em crescendo, tinha sido ela.-----

--- Em 2013 tinha sido Vereadora com o Pelouro da Educação e, atualmente, os livros escolares eram gratuitos. Perguntava quem é que naquela altura dava livros e material escolar ao primeiro ciclo, que verificasse e veria que Tavira estava entre as poucas câmaras municipais que o faziam. Se verificassem quais as câmaras municipais davam fichas escolares ao segundo ciclo, Tavira dava.

--- Tavira tinha dado trezentos mil euros (€ 300.000,00) em Bolsas de Estudo, questionando quantos municípios da dimensão de Tavira, o faziam. Não estava a falar de municípios como o de

Cascais ou Oeiras mas municípios com a dimensão de Tavira, com um Orçamento Municipal a rondar os cinquenta (50), sessenta milhões de euros (€ 60.000.000,00) e com vinte e sete mil (27.000) habitantes. Era, pois, o que tinham que comparar e ao referir que ela tinha dito “*nisso*” estava a ofendê-la, o que não relativizava, pelo que lhe devia de pedir desculpa.-----

--- Continuou dizendo que pretendia advertir que era melhor que se documentasse e provasse quanto referia que tinham gastado cem mil euros (€ 100.000,00) com os Calema. O Deputado Municipal Viriato Jesus tinha dito que se tinha ouvido dizer, mas quem estava na Assembleia Municipal não argumentava daquela maneira, falava de factos. Não estavam num café onde podiam dizer o que lhes apetecesse porque ali falavam de factos e números concretos porque aquele era um Órgão Deliberativo pelo que deveriam de ter o cuidado de provar quando faziam acusações. -----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** afirmou que ninguém tinha ofendido ninguém e quem andava aos ziguezagues era a bancada do PS.-----

--- Tinha colocado uma questão, dado uma sugestão à Presidente da Câmara Municipal, ao Executivo Municipal que concordava, uma vez que estavam disponíveis para reforçar o apoio à natalidade. Tinha sido o que tinha questionado e comparado por considerar que devia, uma vez que o Município gastava milhares de euros em festas, pelo que “*puxar os galões*” de que tinham gastado quinze mil euros (€ 15.000,00) no apoio à natalidade era “*para rir*”. -----

--- Continuou dizendo que ninguém tinha feito ziguezagues e dizerem que ele precisava da cultura porque tinha um carrossel é que tinha sido um ziguezague, sendo que ele apenas tinha sugerido um reforço do apoio que estavam ali a apreciar. -----

--- Terminou dizendo que tinha comparado com os milhares de euros que eram gastos em concertos e que, se tinha mencionado um número errado, tinham oportunidade de esclarecer quanto tinha custado os Calema pois assim todos ficariam a saber.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que não tinha falado em ziguezague, apenas que não permitia ao Deputado Municipal Viriato Jesus que desdenhasse os seus comentários como tinha acontecido. Convidava-o a verificar o que tinha dito que tinha sido que a Presidente da Câmara Municipal tinha gastado quinze mil euros (€ 15.000,00) “*nisso*”.-----

--- Considerava que estava a desdenhar porque não estava em linha com o que o Deputado tinha defendido e estava a querer dizer algo que ela não tinha dito, que ela desvalorizava o apoio. O facto de a verba não ter sido muito alta não queria dizer que em um ou dois anos não fosse maior e, portanto, reiterava que não permitia que o Deputado Municipal Viriato Jesus se dirigisse a ela naqueles termos ou que fizesse aquele tipo de comentários de desdém. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 358/2025/CM – Alteração do Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade | Tavira Cresce a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número três, Proposta n.º 13/2026/CM – C/2024/20 – Noble Tatics, Lda. – Aceitação da cedência de duas parcelas de terreno para o domínio público municipal. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal informou que aquela proposta estava relacionada com um licenciamento urbanístico que corria termos na Câmara Municipal, nomeadamente em Santa Luzia e, portanto, o promotor iria ceder duas áreas ao Município para uma faixa de acesso às moradias que ia construir. Estavam a falar de sessenta e seis (66) e cento e catorze (114) metros quadrados que posteriormente iriam integrar o domínio público municipal. Aquela aceitação era uma competência da Assembleia Municipal. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Proposta .º 13/2026/CM – C/2024/20 – Noble Tatics, Lda. – Aceitação da cedência de duas parcelas de terreno para o domínio público municipal, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número quatro, Proposta n.º 18/2026/CM – Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tavira – Versão Final.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que aquelas alterações estavam relacionadas com a adequação do Regulamento de Taxas do Município ao novo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação dada a existência de alguns procedimentos que passavam para comunicações prévias. Também porque se tinha verificado a transferência de uma competência da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) relacionada com os pareceres das medidas de autoproteção que apesar de já estarem a fazer, não tinham forma de cobrar a não ser em “Outros” o que não era de todo adequado.-----

--- Tinham procedido àquelas alterações da Tabela de Taxas todavia estavam presentemente a revê-la de uma forma mais profunda, que carecia, porque aquele Regulamento datava de 2009.---

--- Devido à urgência tinham efetuado a alteração que apresentavam que ia ao encontro das alterações legislativas que tinham ocorrido.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 18/2026/CM – Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tavira – Versão Final a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número cinco, Proposta n.º 20/2026/CM – Regulamento Municipal do Parque de Lazer do Perímetro Florestal de Conceição de Tavira. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse tratar-se do Regulamento Municipal do Parque de Lazer do Perímetro Florestal de Conceição de Tavira que era um equipamento municipal que não

estava regulamentado. Basicamente definia as normas de funcionamento, o horário, o acesso, a realização de eventos, os deveres dos utentes e regras que tinham que cumprir.-----

--- Tinha decorrido o processo normal, estado em discussão pública relativamente ao que pensava não ter havido contributos, sendo a apresentação da proposta um formalismo. -----

--- Aquela era a versão final para terem o Parque de Lazer a funcionar devidamente regulamentado.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que se pretendia congratular com a apresentação daquela proposta de Regulamento Municipal do Parque de Lazer do Perímetro Florestal de Conceição de Tavira e também com o conjunto de investimentos que tinham tornado possível que aquele espaço tivesse voltado a ser usufruído pelos tavirenses, sendo o convite que gostava de fazer a toda a comunidade.-----

--- Sempre tinham tido uma relação saudável com o Perímetro Florestal de Conceição de Tavira, tendo ao longo da vida, muitos dos momentos felizes sido vividos naquele lugar, quer nas celebrações do Dia 1.º de Maio, quer em outros momentos em que as famílias de Tavira ali acorriam e onde realizavam as suas festas. -----

--- Considerava que o facto de o Parque de Lazer estar com a categoria que tinha era mais um motivo para levar as pessoas à Mata cujo espaço carecia de ser vivido e utilizado todos os dias. ----

--- Recordavam-se que muitas das atividades do Programa de Promoção da Atividade Física eram realizadas naquele espaço, muitas das caminhadas, sendo que, nos últimos anos, normalmente a última caminhada, de encerramento do Programa que acontecia em junho, promovida pelo Município e Casa do Povo de Santo Estevão, era ali realizada. -----

--- O convite que fazia era para que utilizassem o espaço porque a Mata carecia de ser utilizada, para que não estivesse ao abandono. -----

--- Ao longo dos anos tinham sido feitos investimentos quer pelo Município de Tavira quer pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) que deviam de ser valorizados e utilizados por todos.-----

--- Informou que no seguinte mês de março ir-se-ia realizar uma caminhada que se iniciaria no Campo Escutista de Tavira. Geralmente o Município convidava todas as pessoas a participarem naquela iniciativa que era mais um momento de poderem usufruir do espaço e de todo o trabalho que estava a ser realizado naquele património municipal que, ao contrário do que se dizia, não estava abandonado, mas antes dinamizado com regularidade e que merecia ser acarinhado e utilizado.-----



--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação Proposta n.º 20/2026/CM – Regulamento Municipal do Parque de Lazer do Perímetro Florestal de Conceição de Tavira, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número seis, Proposta n.º 25/2026/CM – Seguro de acidentes pessoais para os membros dos Órgãos Autárquicos – Fixação de Valor.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que sendo uma competência da Assembleia Municipal tratava-se de estipular os montantes para as indemnizações em caso de morte, invalidez, incapacidade temporária, despesas de tratamento e de funeral, se algo acontecesse ao Presidente e vereadores em regime de permanência e restantes membros dos órgãos autárquicos.-----

--- A Lei estipulava limites sendo que o valor que estavam a propor era o recomendado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).-----

--- Estavam a tratar daquele assunto porque precisavam de lançar novo procedimento para a contratação de aquisição de apólices de seguros. O contrato que tinham em vigor era válido até julho 2027, no entanto devido ao que tinham recebido da Educação, da Saúde e outros, bem como a quantidade de funcionários, desconheciam se o contrato poderia chegar a julho 2027 tendo, possivelmente que antecipar o lançamento de um novo concurso ainda no corrente ano. --

--- Tratava-se de um concurso complexo que tinha de ter o Visto do Tribunal de Contas e, portanto, pretendiam realizá-lo com tempo.-----

--- Cabia à Assembleia Municipal aprovar os valores propostos para as indemnizações caso algo acontecesse, pelo que iriam aprovar, mas para que nada lhes acontecesse.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 25/2026/CM – Seguro de acidentes pessoais para os membros dos Órgãos Autárquicos – Fixação de Valor a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número sete, Proposta n.º 30/2026/CM – Contrato Programa entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC de Tavira.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que, como era do conhecimento, a Associação da Baixa de Tavira há alguns anos que tinha integrado o grupo municipal porque devido à alteração dos Estatutos da Associação o Município passava a designar alguns dos órgãos e, conforme considerado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) o Município tinha o poder de gestão.-----

--- O que propunham era a realização de um Contrato-Programa à semelhança do que tinha acontecido nos anos anteriores que possibilitava a dinamização de algumas atividades que a

Associação realizava juntamente com o Comércio Local, sendo o apoio no mesmo valor que no ano transato.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 30/2026/CM – Contrato Programa entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC de Tavira a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Soares, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Ana Rita Pacheco, Carlos Pires, Carlos Carvalho, João Mendonça, Linda Ova, Luís Brito, Muriel Dias, Rafael Dias, Rui Horta, Viriato Santana, Hélder Conceição e Carlos Baptista e, três abstenções dos deputados municipais Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos. -----

--- Passou ao ponto número oito, Proposta n.º 31/2026/CM – Alteração do Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos autorizados - 2026.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal explicou que estavam a falar de quatro (4) postos de trabalho, dos quais três (3) eram assistentes operacionais a serem contratados a termo certo para atuarem como operadores de telecomunicações no Centro de Meios Aéreos de Cachopo. Tal acontecia porque apesar de todos os anos o Centro de Meios Aéreos funcionar, quem colocava uma parte dos operadores de telecomunicações era a ANEPC.-----

--- No corrente ano a ANEPC tinha-os informado que não conseguia colocar os assistentes operacionais que desempenhavam funções de operadores de telecomunicações durante a época do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), de 15 de maio a 15 de outubro.----

--- Normalmente o Município já complementava aqueles lugares de operadores de telecomunicações com alguns bombeiros, no entanto, na época do DECIR os bombeiros estavam em várias equipas no Concelho, nomeadamente na Ilha de Tavira, pelo que não conseguiam dar resposta com a equipa que possuíam apesar dos vários concursos de recrutamento que tinham vindo a realizar, que nunca tinham preenchido as vagas que tinham colocado a concurso e alguns recrutas também acabavam por desistir, pelo que ainda não tinham um número de bombeiros que lhes permitisse realmente dar resposta. -----

--- O que estavam a considerar era algo que não estavam a prever porque apenas tinham sido informados no mês de janeiro anterior, que a ANEPC não iria colocar os operacionais necessários no Centro de Meios Aéreos.-----

--- Os contratos terminariam no final do DECIR.-----

--- Relativamente ao assistente técnico, seria para apoiar a área administrativa do Rendimento Social de Inserção (RSI) porque tinham ficado com as competências da Segurança Social nomeadamente no que se referia à equipa do RSI.-----

--- O posto de assistente administrativo não tinha sido preenchido e tinha-se verificado um lapso, não constando no Mapa de Pessoal para procederem ao recrutamento, pelo que estavam a corrigir aquela situação que também constava no contrato que tinham assinado.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Proposta n.º 31/2026/CM – Alteração do Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos autorizados - 2026, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número nove, Proposta n.º 32/2026/CM – Demonstração do Desempenho Orçamental e 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026 com integração do Saldo de Gerência.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal disse que no passado mês de dezembro tinham aprovado o Orçamento Municipal no valor de cerca de sessenta e um milhões e quinhentos mil euros (€ 61.500.000,00).**-----

--- Encerradas as contas do Município, mais uma vez tinham um Saldo de Gerência a ascender a, aproximadamente, dezassete milhões e seiscentos mil euros (€ 17.600.000,00).-----

--- Presentemente iam integrar dezasseis milhões de euros (€ 16.000.000,00) e não a totalidade porque tinham efetuado algumas correções na receita. Na elaboração do Orçamento tinham previsto que poderiam receber das candidaturas apresentadas ao PRR, cofinanciamento a cem por cento (100 %), nomeadamente para as quinze (15) habitações que já tinham adquirido e para as quarenta e oito (48) que iam iniciar a construção, todavia já tinham percebido que, em princípio, não estariam nas candidaturas financiadas a cem por cento (100 %) pelo que tinham resolvido efetuar algumas correções. Relativamente às que tinham adquirido, estavam a concorrer ao 1.º Direito cujas operações eram financiadas a oitenta e cinco por cento (85 %). Quanto às restantes teriam outra forma de apoio pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU). Assim, tinham adequado do lado da receita sendo a razão porque não iam integrar os dezassete milhões e seiscentos mil euros (€ 17.600.000,00) mas apenas dezasseis milhões de euros (€ 16.000.000,00).-----

--- Com aquele valor tinham dotado o que tinham como financiamento não definido, nomeadamente os concursos que já ali havia falado, a Habitação Social na Boavista, as intervenções em Santa Luzia, mais pavimentações para a cidade, as pontes de Umbria e Curral de Boeiros cuja urgência na intervenção tinham tomado conhecimento recentemente embora já estivessem sinalizadas no Orçamento, estando o concurso já pronto a ser lançado e a aguardar a

integração do Saldo de Gerência, e a reabilitação da Habitação Social relativamente ao que já tinha assinado o Programa Preliminar para a Rua António Pinheiro, Porta Nova.-----

--- Tinham também de fazer pavimentações uma vez que a Taviraverde - Empresa Municipal De Ambiente, E.M. estava praticamente a concluir a empreitada, que iriam pavimentar algumas ruas mas que outras seriam melhoradas pelo Município. Necessitavam também de proceder a melhoramentos em algumas vias que careciam de alguma reabilitação nomeadamente a Rua 25 de Abril na Conceição, e tinham também a Habitação Social de Santo Estevão e Santa Catarina da Fonte do Bispo que contavam lançar até ao final do ano.-----

--- O projeto do Quartel de Bombeiros estava pronto para lançar concurso e o projeto de ampliação do Centro de Saúde de Tavira, que estava previsto, também estava praticamente finalizado. Tinham incorporado ainda o Pavilhão da Luz de Tavira, o novo concurso do Passadiço de Cabanas, a Rua Joaquim Soares em Santa Luzia, a segunda fase da Igreja de Santa Maria que já tinha alguma maturidade e, de forma geral, pensava que tinham sido aquelas empreitadas que tinham dotado e acertado os valores para que pudessem evoluir para contrato ou para lançamento de empreitada.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 32/2026/CM – Demonstração do Desempenho Orçamental e 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026 com integração do Saldo de Gerência a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Soares, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Hélder Conceição e Carlos Baptista, dez votos contra dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Carlos Pires, Carlos Carvalho, João Mendonça, Linda Ova, Luís Brito, Muriel Dias, Rafael Dias, Rui Horta, Viriato Santana e três abstenções dos deputados municipais Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos.**-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** procedeu à leitura da Declaração de Voto em nome da bancada do PSD relativamente à proposta que tinham acabado de votar:-----

--- *«A proposta de Orçamento Municipal para 2026 e a presente alteração, em que se procede à integração do saldo de gerência, seguem as mesmas linhas estratégicas e as orientações políticas dos orçamentos anteriores, que tem conduzido Tavira a uma visível estagnação, que diferem da nossa visão para o futuro de Tavira.*-----

--- *Sendo certo que a orientação política é uma opção legítima do Executivo, já a inexistência de quaisquer informações sobre a "EMPET - Parques Empresariais de Tavira. EM", no orçamento e nesta alteração constituem omissões graves.*-----



--- Alertamos, ainda, que este facto é recorrente desde o anterior mandato continuando-se a desconhecer, as responsabilidades, a orientação e o objetivo do Executivo Municipal relativamente ao presente e ao futuro da Empresa Municipal.-----

--- Face ao referido apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativa à Proposta n.º 32/2026/CM - Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2026 com integração do saldo de gerência.»-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** disse que nos mesmos termos também a bancada do PS gostava de apresentar Declaração de Voto. Procedeu à leitura:-----

--- «O Partido Socialista vota a favor deste Orçamento, e da presente alteração, porque é sério, responsável e rigoroso. Ele apresenta uma visão clara para o concelho e inclui projetos importantes e socialmente relevantes para Tavira e para os seus habitantes.-----

--- Este Orçamento e a presente alteração responde às necessidades reais da população, investe nas pessoas e promove coesão social, desenvolvimento equilibrado e futuro.-----

--- Lamentamos, porém, o voto contra do PSD,» e também não queria deixar passar que o Chega tinha sido contra o orçamento no entanto tinha-se absterido naquela alteração tal como alguns presidentes de junta de freguesia. «Esse voto demonstra falta de espírito democrático e desrespeito pela vontade recente dos cidadãos, que confiaram ao Partido Socialista e à Presidente Ana Paula Martins a governação do concelho.-----

--- Votar contra este Orçamento» e aquelas alterações «é votar contra medidas que fazem diferença na vida das pessoas, nomeadamente:-----

--- Políticas de apoio à natalidade;-----

--- Reforço da segurança e da proteção civil (ex. Quartel dos Bombeiros);»-----

--- Disse que a Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de citar o exemplo de que o Quartel dos Bombeiros, que os deputados do PSD estariam contra, se desenvolvesse.-----

--- «Melhor mobilidade e espaço público (ex. várias vias rodoviárias no concelho);-----

--- Construção e requalificação de equipamentos desportivos (exemplo Pavilhão de Santa Luzia); --

--- Valorização da escola pública;-----

--- Melhoria das condições de saúde no concelho (ex. Centro de Saúde)» o que efetivamente era verdade, que iriam ter um Centro de Saúde com melhor capacitação, e ele já tinha ouvido nos últimos dias muitas pessoas da Extensão de Saúde da Conceição Cabanas, muito felizes, tal como os profissionais de saúde, porque iriam ter melhores condições, de que necessitavam quer os cidadãos, quer os profissionais de saúde. -----



--- «O Partido Socialista reafirma o seu compromisso com um desenvolvimento responsável, solidário e inclusivo, colocando as pessoas no centro das decisões. Por isso, votamos favoravelmente este Orçamento e esta alteração.»-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Agradeceu ao público presente, ao que estava a assistir, aos deputados municipais pela forma cordial como a Assembleia Municipal tinha decorrido, aos funcionários da Biblioteca, secretariado de apoio, técnicos de som e imagem. Disse que pretendia fazer uma referência especial porque pensava que aquela seria a última Sessão da Assembleia Municipal em que estaria presente como funcionário da Biblioteca Municipal, que estava sempre disponível, mesmo quando estava de férias fazia questão de preparar a sala, porque no dia 20 de abril seguinte iria completar setenta (70) anos pelo que o Estado não lhe permitia continuar a trabalhar, o que lamentavam, mas ia acontecer, pelo que pretendia no final daquela Assembleia Municipal, pretendia fazer aquele reconhecimento, que pensava ser de todos.-----

--- Chamava José Gonçalves Gabriel para receber uma salva de palmas e agradecimento dos deputados municipais.-----

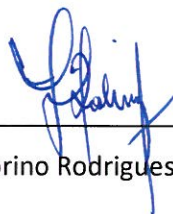
--- Deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta e sete minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(José Vitorino Rodrigues Pereira)



(Maria Manuela Gonçalves Romão)

Votantes da Ata da sessão extraordinária de 03/12/2025		
Nomes	Formação partidária	Presenças
Ana Rita Gonçalves Pacheco	PSD	v
Anáisa Pera Gonçalves	CHEGA	Não Votou
Arménio Manuel Horta Viegas	PS	v
Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires	PSD	Não Votou
Carlos Filipe Martins de Carvalho	PSD	v
Carlos Filipe Pacheco Soares	PS	v
Carlos Manuel do Livramento Baptista	C.R.	v
Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	v
David Martins	PS	v
Emília Domingos Justo	CHEGA	v
Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos	CHEGA	v
Helder dos Mártires Palma da Conceição	MOVE +	v
João Miguel Viegas de Mendonça	PSD	v
José Epifânio Martins da Graça	PS	v
José Manuel Madeira Guerreiro	PS	v
José Vitorino Rodrigues Pereira	PS	v
Jovita de Fátima Romano Ladeira	PS	v
Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova	PS	Não Votou
Luis Manuel Duarte de Brito	PSD	v
Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	v
Muriel Cristina Dias Neto	PSD	v
Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	v
Nuno Leonel Gonçalves Mateus	PS	v
Patricia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima	PS	v
Rafael Ribeiro Dias	PSD	v
Rui Manuel Rocha Horta	PSD	v
Sérgio Manuel Gonçalves Pereira	PS	v
Sofia Isabel Costa Gomes	PS	Não Votou
Viriato Luís Santana de Jesus	PSD	v

Votantes da Ata da sessão ordinária de 30/12/2025

Nomes	Formação partidária	Presenças
Ana Rita Gonçalves Pacheco	PSD	v
Anaísa Pera Gonçalves	CHEGA	Não Votou
Arménio Manuel Horta Viegas	PS	v
Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires	PSD	v
Carlos Filipe Martins de Carvalho	PSD	Não Votou
Carlos Filipe Pacheco Soares	PS	Não Votou
Carlos Manuel do Livramento Baptista	C.R.	v
Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	v
David Martins	PS	v
Emília Domingos Justo	CHEGA	v
Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos	CHEGA	v
Helder dos Mártires Palma da Conceição	MOVE +	v
João Miguel Viegas de Mendonça	PSD	v
José Epifânio Martins da Graça	PS	v
José Manuel Madeira Guerreiro	PS	v
José Vitorino Rodrigues Pereira	PS	v
Jovita de Fátima Romano Ladeira	PS	v
Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova	PS	v
Luis Manuel Duarte de Brito	PSD	Não Votou
Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	v
Muriel Cristina Dias Neto	PSD	Não Votou
Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	v
Nuno Leonel Gonçalves Mateus	PS	v
Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima	PS	v
Rafael Ribeiro Dias	PSD	v
Rui Manuel Rocha Horta	PSD	v
Sérgio Manuel Gonçalves Pereira	PS	v
Sofia Isabel Costa Gomes	PS	v
Viriato Luís Santana de Jesus	PSD	v



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Voto de Louvor

Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026

Os Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026 decorreram, entre 23 e 25 de janeiro, no Velódromo Nacional de Sangalhos (Anadia), com a participação de alguns dos melhores atletas nacionais, entre os quais o Campeão Olímpico, Rui Oliveira.

Esta edição dos Nacionais de Pista contou com uma participação record de 178 atletas a representar 46 equipas e uma atuação relevante das Equipas de Tavira, do Clube de Ciclismo de Tavira e da Academia de Ciclismo JOPELOR.

Destacamos os títulos de Campeões Nacionais alcançados, por Carlos Salgueiro, Bruna Carmo e Eva Emídio, nos seguintes escalões e provas:

ELITES MASCULINOS

- Campeão Nacional de Perseguição Individual: Carlos Salgueiro (Team Tavira)
- Campeão Nacional de Madison: Carlos Salgueiro (Team Tavira) em equipa com Diogo Narciso

JUNIORES FEMININAS

- Campeã Nacional de Quilómetro (Contra Relógio): Bruna Carmo (Atum General / Tavira / Madre Fruta)
- Campeã Nacional de Scratch: **Bruna Carmo** (Atum General / Tavira / Madre Fruta)
- Campeã Nacional de Eliminação: **Eva Emídio** (Atum General / Tavira / Madre Fruta)
- Campeã Nacional Corrida por Pontos: **Eva Emídio** (Atum General / Tavira / Madre Fruta)

Destaque, também, para os pódios alcançados pelos atletas a representar as equipas de Tavira:

Pódios Quilómetro (Contrarrelógio Individual)

JUNIORES FEMININAS

- 1.ª Bruna Carmo (Atum General / Tavira / Madre Fruta)
- 3.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)

Pódios Corrida por Pontos

ELITES MASCULINOS

- 3.º Carlos Salgueiro (Team Tavira)

JUNIORES FEMININAS

- 1.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)

Pódios de Perseguição Individual

ELITES MASCULINOS

1.º Carlos Salgueiro (Team Tavira)

JUNIORES FEMININAS

3.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)

Pódios Omnium

ELITES MASCULINOS

2.º Carlos Salgueiro (Team Tavira)

Pódios Scratch

ELITES MASCULINOS

3.º Carlos Salgueiro (Team Tavira)

JUNIORES FEMININAS

1.ª Bruna Carmo (Atum General / Tavira / Madre Fruta)

3.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)

JUNIORES MASCULINO

2.º Afonso Guerreiro (Jopelor – Dunasvale / Pereira e Gago)

Pódios Madison

ELITES MASCULINOS

1.º Carlos Salgueiro (Team Tavira) / Diogo Narciso

Pódios Eliminação

ELITES MASCULINOS

2.º Carlos Salgueiro (Team Tavira)

JUNIORES FEMININAS

1.ª Eva Emídio (Atum General / Tavira / Madre Fruta)

Estes resultados consolidam o trabalho de formação e desenvolvimento desportivo dos atletas e equipas, que representam o nosso concelho e merecem o nosso melhor reconhecimento.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 25 de fevereiro de 2025, delibera:

- Aprovar um Voto de Louvor pela participação meritória das equipas de Tavira do Clube de Ciclismo de Tavira e da Academia de Ciclismo JOPELOR, nos Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Pista 2026;
- Felicitar as Direções dos Clubes envolvidos, bem como os atletas, Técnicos e Dirigentes ligados à modalidade;
- Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta aos Clubes e atletas medalhados;

- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 25 de fevereiro de 2026

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

VOTO de LOUVOR

Dr. Jean Pierre Rancher

É com enorme honra e profundo sentido de reconhecimento que a bancada do Partido CHEGA toma a palavra para propor um Voto de Louvor ao Dr. Jean Pierre Rancher, médico clínico geral que dedicou a sua vida ao serviço da comunidade taviense.

O Dr. Jean Pierre Rancher exerceu durante algum tempo no Centro de Saúde de Tavira e, posteriormente, na sua própria clínica, a Taviclínica, onde continuou a cuidar de centenas de pessoas com a mesma dedicação e espírito de missão que sempre o caracterizaram. É um médico cuja vida tem sido um exemplo raro de entrega, dedicação e serviço ao próximo.

Ao longo de toda a sua carreira, o Dr. Jean Pierre Rancher destacou-se pela sua disponibilidade permanente, sendo reconhecido como “o médico sempre presente”, aquele que, a qualquer hora do dia ou da noite, estava pronto a ajudar quem dele precisava. Para muitos tavienses foi, e continua a ser, o médico das 24 horas, aquele que nunca fechou a porta, nunca recusou um pedido, nunca deixou alguém sem orientação, sem conforto ou sem cuidados.

A sua generosidade, a sua grande capacidade de trabalho, a sua dedicação ao serviço do público e o profundo respeito com que sempre tratou cada pessoa fazem dele um exemplo notável de profissionalismo e de humanidade. Adultos, crianças, famílias inteiras encontraram no Dr. Jean Pierre um médico que não via doentes, mas sim pessoas e que sempre colocou o bem-estar de cada uma delas acima de qualquer outra preocupação.

A cidade de Tavira deve muito ao seu trabalho incansável. O Dr. Jean Pierre acompanhou gerações, apoiou muitos em momentos difíceis, tratou, cuidou e, acima de tudo, esteve sempre presente. Um médico cuja vida tem sido um exemplo único de entrega, dedicação e serviço ao próximo. Pela sua disponibilidade inigualável, pela sua entrega diária e contínua à saúde dos tavienses, o seu contributo merece ser reconhecido de forma pública e institucional.

Bancada do Partido Político Chega representado na Assembleia Municipal de Tavira



PARTIDO POLÍTICO CHEGA

Concelhia de Tavira

Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Este louvor é, acima de tudo, um gesto de justiça: o reconhecimento de um profissional que honra Tavira e cuja vida e exemplo continuarão a inspirar todos aqueles que acreditam numa medicina feita com competência, humanidade e coração.

Assim, propõe-se que esta Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 25 de fevereiro de 2026 delibere a favor de:

1. Aprovar um Voto de Louvor ao Dr. Jean Pierre Rancher, a inscrever em ata, como expressão da sincera gratidão da nossa comunidade por uma vida dedicada ao cuidado dos outros e ao serviço desta cidade.
2. Dar conhecimento desta deliberação ao Dr. Jean Pierre Rancher, apresentando-lhe as devidas felicitações pelo seu notável percurso e contributo.
3. Remeter cópia da deliberação à Câmara Municipal de Tavira, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos meios de comunicação do Município de Tavira

Tavira, 25 de fevereiro de 2026

Pelo grupo municipal do Partido CHEGA



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de congratulação ao atleta Fábio Medinas

Fábio Medinas é um jovem talento do kickboxing português, atualmente em franca ascensão no panorama nacional e internacional da modalidade.

Com apenas 22 anos, conquistou o Título Mundial World Slam Series, na vertente de *Low Kick*, feito de elevado relevo desportivo que traduz uma prestação de excelência ao mais alto nível competitivo.

Esta vitória constitui não apenas um marco determinante na sua carreira, mas também um motivo de grande orgulho para o concelho de Tavira, projetando o nome do município além-fronteiras e afirmando a qualidade do trabalho desenvolvido no seio do movimento associativo local, em particular pelo clube Kickboxing Fight Tavira.

O percurso de Fábio Medinas é exemplo de dedicação, disciplina, resiliência e espírito de superação — valores que dignificam o desporto e inspiram os jovens do concelho.

Este sucesso é igualmente reflexo do trabalho, empenho e acompanhamento técnico dos treinadores Walter Martins, Miguel Pires e Nuno Coelho, bem como da estrutura diretiva, familiares e todos os que contribuem para o crescimento e consolidação do atleta.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação a Fábio Medinas pela conquista do Título Mundial World Slam Series – Low Kick, felicitando o atleta, os treinadores Walter



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Martins, Miguel Pires e Nuno Coelho, a direção do clube Kickboxing Fight Tavira, e todos os que contribuíram para este notável êxito;

2. Dar conhecimento da presente deliberação ao atleta, à direção do clube, à Câmara Municipal de Tavira, às entidades desportivas competentes e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação nos canais institucionais do Município.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

VOTO de CONGRATULAÇÃO

Fábio Medinas, atleta tavirense do 'Clube Kickboxing Fight Tavira', conquistou recentemente o título mundial 'World Slam Series' na vertente de 'Low Kick', triunfo alcançado frente ao espanhol Christopher "Mamba Negra".

Assim, a Assembleia Municipal de Tavira manifesta o seu profundo orgulho por esta conquista, que eleva o nome do concelho, projeta Tavira no panorama internacional das artes marciais e constitui um exemplo de dedicação, trabalho e espírito de sacrifício para os jovens do nosso município.

A Assembleia Municipal saúda calorosamente o atleta Fábio Medinas, o seu clube e equipa técnica, formulando votos das maiores felicidades e sucessos desportivos futuros, certos de que continuará a honrar Tavira e Portugal nas mais exigentes competições internacionais.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 25 de fevereiro de 2026, delibera:

- Aprovar o Voto de Congratulação a Fábio Medinas pela sua conquista do título mundial 'World Slam Series', em 'Low Kick'.
- Enviar o presente Voto de Congratulação ao atleta tavirense Fábio Medinas.
- Solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tavira que apresente publicamente esta congratulação.
- Remeter cópia sobre a decisão que recair sobre esta proposta para conhecimento e divulgação, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, ao 'Clube Kickboxing Fight Tavira', bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 25 de fevereiro de 2026

Pelo grupo municipal do Partido CHEGA

Bancada do Partido Político Chega representado na Assembleia Municipal de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO SOBRE A URGENTE NECESSIDADE DE DRAGAGEM DA BARRA DE TAVIRA, DOS PORTOS E DOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO DO CONCELHO

O acesso e a navegabilidade da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do concelho constituem uma exigência fundamental para a segurança dos pescadores de Tavira, Santa Luzia e Cabanas de Tavira, bem como de todos os que praticam náutica de recreio, contribuindo para o desporto e para o turismo náutico no nosso concelho.

São atividades essenciais para Tavira, que devem ser exercidas com todas as condições de segurança e com as cotas adequadas que garantam a circulação segura das embarcações.

É neste contexto que o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tavira manifesta profunda preocupação com o agravamento da situação de assoreamento da barra de Tavira e dos canais de navegação, realidade que coloca em risco a segurança de pessoas e bens e compromete atividades estruturantes da economia local.

Importa reiterar, de forma clara, que a execução das dragagens é competência do Governo, através da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), não cabendo essa responsabilidade às autarquias locais.

Esta necessidade tem sido reiteradamente sinalizada pela Presidente da Câmara Municipal de Tavira e por outros autarcas da região com frentes ribeirinhas inseridas em áreas sensíveis.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Recorda-se ainda que a Assembleia Municipal de Tavira já se havia manifestado sobre este problema em abril de 2025, reforçando então a urgência de intervenção por parte do Governo.

Contudo, verifica-se hoje um agravamento inaceitável da situação: a barra de Tavira encontra-se fortemente assoreada, com evidentes dificuldades à navegação, não podendo esta realidade continuar por concretizar.

Recorde-se que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2023 autorizou a realização de dragagens de manutenção no Algarve, com financiamento definido e plano aprovado para o período 2023-2026. No entanto, até à data, as intervenções previstas não foram concretizadas, gerando legítima preocupação nas comunidades locais.

Assim, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 25 de fevereiro, delibera:

1. Manifestar ao Governo o seu descontentamento pela não execução das dragagens da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do concelho, da sua responsabilidade;
2. Instar o Governo a promover, com carácter de urgência, as intervenções necessárias, garantindo condições adequadas de segurança e navegabilidade;
3. Defender a criação de um plano plurianual de dragagens para o Algarve, com calendário definido e financiamento assegurado;
4. Solicitar ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio aos pescadores e demais profissionais afetados;



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

5. Remeter a presente moção às entidades governamentais competentes, às entidades regionais e locais, bem como aos órgãos de comunicação social, para conhecimento e divulgação.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reafirma o seu compromisso com a segurança marítima, a defesa da economia local e a proteção das comunidades que dependem do mar, exigindo do Governo uma resposta urgente, estruturada e eficaz.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Recomendação

Assunto: Instalação urgente de um Julgado de Paz no Município de Tavira

Os tribunais da Comarca de Faro encontram-se frequentemente sobrecarregados com litígios de reduzida complexidade — matérias tipicamente afetas aos Julgados de Paz — cuja resolução poderia ser muito mais célere, acessível e eficaz através desta via.

Desde conflitos de consumo, pequenos contratos ou arrendamentos, questões de vizinhança, pequenas indemnizações e outros litígios do quotidiano, inúmeros processos que hoje ocupam os tribunais poderiam ser tratados com proximidade e rapidez num Julgado de Paz ao serviço da comunidade.

A inexistência de qualquer Julgado de Paz no Algarve é, de facto, difícil de justificar, sobretudo numa região com elevada densidade populacional, forte atividade económica e enorme pressão turística.

A criação de um Julgado de Paz em Tavira traria benefícios imediatos e expressivos, nomeadamente:

- redução da carga processual nos tribunais judiciais;
- celeridade na resolução de litígios, em claro benefício para residentes, empresas e visitantes;
- reforço da justiça de proximidade e da confiança dos cidadãos;
- projeção de Tavira como concelho pioneiro e eficiente no acesso à justiça.

Nos termos da Lei n.º 78/2001, a instalação de Julgados de Paz depende da celebração de protocolo entre o Ministério da Justiça e os municípios interessados. Assim, vimos solicitar a V. Ex.ª que considere iniciar o procedimento formal, recomendando ao executivo de Tavira a celebração de um protocolo entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal manifestando a disponibilidade de Tavira para acolher esta estrutura — uma estrutura que, em boa verdade, já deveria existir há muito tempo no Algarve.

Tavira, 25 de fevereiro de 2026

Os Deputados Municipais do Partido CHEGA,
Gonçalo Santos, Emília Justo e Anaísa Gonçalves

Bancada do Partido Político Chega representado na Assembleia Municipal de Tavira



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de pesar pelo falecimento

de

Raminhos Bispo

Raminhos dos Santos Bispo nasceu em Faro em 8 de setembro de 1934 e faleceu a 26 de janeiro de 2026, com 91 anos de idade.

Na sua infância e juventude, foi pupilo da Casa dos Rapazes e concluiu o 1º ano da Escola Comercial e Industrial Tomás Cabreira, iniciando-se nas artes gráficas em 1948.

Tipógrafo, empresário e escritor tornou-se uma personalidade de referência da cidade de Tavira ao longo do último meio século, sendo justa e oportunamente distinguido pelo Município com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito em 2014.

Ao longo da sua carreira profissional, aos 16 anos, deu os primeiros passos nas Artes Gráficas como aprendiz na Tipografia União, em Faro, onde permaneceu durante dois anos, e trabalhou noutras tipografias de Faro e de Tavira.

Em 1950, foi trabalhar para a Tipografia “O Algarve”, onde teve oportunidade de aprofundar conhecimentos técnicos, especializando-se nas áreas de composição e paginação. O seu percurso profissional conheceu um novo capítulo em 1962, quando foi convidado pelos proprietários a fixar-se em Tavira e integrar a Tipografia “Povo Algarvio”, convite que aceitou.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Após o falecimento de Manuel Virgínio Pires, então diretor do jornal, assumiu a continuidade da empresa, garantindo a sobrevivência do projeto editorial. Em 1988, foi obrigado a desocupar o espaço onde funcionava a tipografia, passando a exercer a atividade sob a designação de Tipografia Tavirense.

Quatro anos depois, em 1992, e no contexto de acesso a fundos europeus, constituiu uma empresa familiar sob a forma de sociedade por quotas, denominada Tipografia Tavirense, Lda., consolidando o seu percurso enquanto empresário no setor gráfico.

Em paralelo, esteve envolvido no fenómeno desportivo. Fundou o Séqua Atlético Clube, foi dirigente de vários clubes, e também árbitro de futebol e de hóquei em patins.

Dedicou-se ainda à investigação sobre o desporto algarvio, publicando livros acerca da história do Olhanense, do Clube de Ciclismo de Tavira e do desporto em Tavira.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 25 de fevereiro de 2026, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

VOTO de PESAR

RAMINHOS DOS SANTOS BISPO

Vem o grupo municipal do Partido CHEGA, por meio deste voto, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo, homem que marcou de forma muito significativa a vida empresarial, desportiva e cultural do nosso concelho.

Nascido em 1934, na cidade de Faro, teve uma infância difícil, tendo ingressado ainda criança no Instituto D. Francisco Gomes – Casa dos Rapazes. Nunca escondeu esse passado; pelo contrário, assumiu-o com dignidade e gratidão, transformando a adversidade num exemplo de superação e carácter.

Profissional das artes gráficas desde muito jovem, fixou-se em Tavira em 1962, onde deu continuidade à atividade tipográfica, primeiro no “Povo Algarvio” e mais tarde através da Tipografia Tavirense, deixando uma marca duradoura no setor e na imprensa local.

Homem apaixonado pelo desporto, foi co-fundador do Séqua Atlético Club e participou na reorganização do Clube Desportivo Tavirense. Exerceu funções como árbitro de futebol e hóquei em patins, dirigente associativo e colaborador da imprensa regional, destacando-se ainda como investigador e autor de obras dedicadas à memória desportiva algarvia, incluindo trabalhos sobre o Sporting Clube Olhanense e o Clube de Ciclismo de Tavira.

Algumas das suas Obras:

- Sporting Clube Olhanense - 90 Anos de História
- 25 Anos do Clube de Ciclismo de Tavira
- Tavira Desportiva 1880-2006
- 365 Efemérides Desportivas
- A História do Futebol em Faro

Bancada do Partido Político CHEGA representado na Assembleia Municipal de Tavira



PARTIDO POLÍTICO CHEGA

Concelhia de Tavira

Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Publicou ainda extra desporto a Biografia da Casa dos Rapazes (onde se fez homem) em co-autoria com o seu grande amigo de infância António Matos.

Raminhos dos Santos Bispo vivia e respirava Desporto, pois tinha em casa uma Enciclopédia de jornais e revistas desportivas que lhe permitiam saber de tudo e de qualquer modalidade.

Tavira perde um homem de fortes convicções, leal aos amigos, dedicado à família e exemplo de perseverança. O seu percurso de vida, feito de trabalho, resiliência e amor à sua terra, constitui uma referência para as gerações presentes e futuras.

Neste momento de dor, a Assembleia Municipal de Tavira presta homenagem à sua memória e expressa as mais sentidas condolências aos seus filhos e a toda a família enlutada.

Que o seu nome permaneça ligado à história viva de Tavira.

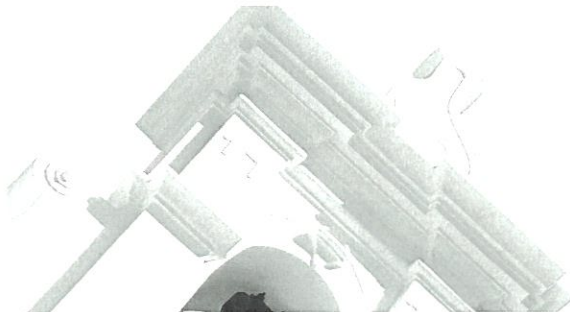
Neste sentido, deve a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 25 de fevereiro de 2026, deliberar para:

1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada.
3. Remeter cópia da deliberação à Câmara Municipal de Tavira, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos meios de comunicação do Município de Tavira

Tavira, 25 de fevereiro de 2026

Pelo grupo municipal do Partido CHEGA,

Bancada do Partido Político CHEGA representado na Assembleia Municipal de Tavira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2025-2029)

ATA EM MINUTA

Sessão n.º 2

Sessão Ordinária Pública, de 25 de fevereiro de 2026

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira.

Mesa:

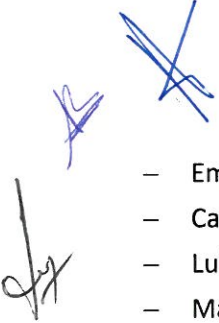
Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: José Vitorino Rodrigues Pereira

2.ª Secretária: Maria Manuela Gonçalves Romão

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Rui Manuel Rocha Horta (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- José Vitorino Rodrigues Pereira (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova (PPD/PSD);
- Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima (PS);
- David Martins (PS);
- Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires (PPD/PSD);

- 
- Emília Domingos Justo (CH);
 - Carlos Filipe Pacheco Soares (PS);
 - Luís Manuel Duarte de Brito (PPD/PSD);
 - Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
 - Carlos Filipe Martins de Carvalho (PPD/PSD);
 - Sofia Isabel Costa Gomes (PS);
 - Viriato Luís Santana de Jesus (PPD/PSD);
 - Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
 - Anaísa Pera Gonçalves (CH);

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira, João Miguel Viegas de Mendonça;
- Junta de Freguesia de Santo Estêvão, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Arménio Manuel Horta Viegas;
- Junta de Freguesia de Conceição, Hélder dos Mártires Palma da Conceição;
- Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, Carlos Manuel do Livramento Baptista;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Nuno Leonel Gonçalves Mateus;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias;

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- Luís Filipe Faleiro Machado (PS);



Deliberações tomadas:

VOTO DE LOUVOR CAMPEONATOS NACIONAIS DE CICLISMO DE PISTA 2026-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Louvor -
Campeonatos nacionais de ciclismo de pista 2026, apresentado pelo Partido Social Democrata.
--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetido a votação tendo sido
aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE LOUVOR AO DR JEAN PIERRE RANCHER-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Louvor ao Dr
Jean Pierre Rancher, apresentado pelo Partido Chega. -----
--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetido a votação tendo sido
aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO ATLETA FÁBIO MEDINAS-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de congratulação
ao atleta Fábio Medinas, apresentado pelo Partido Socialista. -----
--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetido a votação tendo sido
aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO ATLETA FÁBIO MEDINAS-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de congratulação
ao atleta Fábio Medinas, apresentado pelo Partido Chega.-----
--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetido a votação tendo sido
aprovado por unanimidade.-----

**MOÇÃO – SOBRE A URGENTE NECESSIDADE DE DRAGAGEM DA BARRA DE TAVIRA, DOS
PORTOS E DOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO DO CONCELHO**-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à discussão a Moção – sobre a
urgente necessidade de dragagem da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do
concelho, apresentada pelo Partido Socialista.-----
--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido
aprovado por unanimidade.-----

**RECOMENDAÇÃO – INSTALAÇÃO URGENTE DE UM JULGADO DE PAZ NO MUNICIPIO DE
TAVIRA**-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à discussão a Recomendação – instalação urgente de um julgado de paz no Município de Tavira, apresentada pelo Partido Chega.-----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RAMINHOS DOS SANTOS BISPO-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo, apresentado pelo Partido Socialista. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RAMINHOS DOS SANTOS BISPO-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Pesar pelo falecimento de Raminhos dos Santos Bispo, apresentado pelo Partido Chega.-----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 358/ 2025/CM - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE | TAVIRA CRESCE-----

--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 358/ 2025/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 30 de dezembro de 2025. ---

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 13/ 2026/CM - C/2024/20 - NOBLE TATICS, LDA - ACEITAÇÃO DA CEDÊNCIA DE DUAS PARCELAS DE TERRENO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL-----

--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 13/ 2026/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 28 de janeiro de 2026. -----

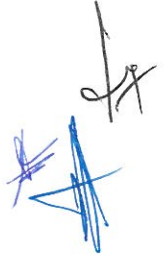
--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 18/ 2026/CM - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE TAVIRA - VERSÃO FINAL-----

--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 18/ 2026/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 28 de janeiro de 2026. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 20/ 2026/CM - REGULAMENTO MUNICIPAL DO PARQUE DE LAZER DO PERÍMETRO FLORESTAL DE CONCEIÇÃO DE TAVIRA-----



--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 20/ 2026/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 28 de janeiro de 2026. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 25/ 2026/CM - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS - FIXAÇÃO DE VALOR-----

--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 25/ 2026/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026.-----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 30/ 2026/CM - CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAIXA DE TAVIRA - UAC DE TAVIRA-----

--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 30/ 2026/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026.-----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e três abstenções. -----

PROPOSTA N.º 31/ 2026/CM - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E MAPA ANUAL GLOBAL CONSOLIDADO DE RECRUTAMENTOS AUTORIZADOS – 2026-----

--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 31/ 2026/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026.-----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 32/ 2026/CM - DEMOSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL E 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DE 2026 COM INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA-----

--- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 32/ 2026/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026.-----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, dez votos contra e três abstenções.-----

--- Tendo a bancada do Partido Social Democrata apresentado uma declaração de voto, que se anexa a esta ata em minuta como documento número um, e a Bancada do Partido Socialista também apresentou uma declaração de voto que se anexa a esta ata como documento número dois. -----

--- Para constar e legais efeitos se lavrou a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e Secretários.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

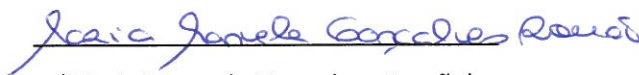


(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(José Vitorino Rodrigues Pereira)



(Maria Manuela Gonçalves Romão)



Declaração de voto do Partido Socialista

O Partido Socialista vota a favor deste Orçamento, e da presente alteração, porque é sério, responsável e rigoroso. Ele apresenta uma visão clara para o concelho e inclui projetos importantes e socialmente relevantes para Tavira e para os seus habitantes.

Este Orçamento e a presente alteração responde às necessidades reais da população, investe nas pessoas e promove coesão social, desenvolvimento equilibrado e futuro.

Lamentamos, porém, o voto contra do PSD, a abstenção do Chega e de alguns Presidente de Junta aqui presentes. Esse voto demonstra falta de espírito democrático e desrespeito pela vontade recente dos cidadãos, que confiaram ao Partido Socialista e à Presidente Ana Paula Martins a governação do concelho.

Votar contra este Orçamento é votar contra medidas que fazem diferença na vida das pessoas, nomeadamente:

- Políticas de apoio à natalidade;
- Reforço da segurança e da proteção civil (ex. Quartel dos Bombeiros);
- Melhor mobilidade e espaço público (ex. várias vias rodoviárias no concelho);
- Construção e requalificação de equipamentos desportivos (exemplo Pavilhão de Santa Luzia);
- Valorização da escolas pública;
- Melhoria das condições de saúde no concelho (ex. Centro de Saúde).

O Partido Socialista reafirma o seu compromisso com um desenvolvimento responsável, solidário e inclusivo, colocando as pessoas no centro das decisões. Por isso, votamos favoravelmente este Orçamento e esta alteração.



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Assembleia Municipal de Tavira dia 25 de fevereiro de 2026

**Proposta nº 32/ 2026/CM - Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª alteração
modificativa ao Orçamento de 2026 com integração do saldo de gerência**

Declaração de Voto

A proposta de Orçamento Municipal para 2026 e a presente alteração, em que se procede à integração do saldo de gerência, seguem as mesmas linhas estratégicas e as orientações políticas dos orçamentos anteriores, que tem conduzido Tavira a uma visível estagnação, que diferem da nossa visão para o futuro de Tavira.

Sendo certo que a orientação política é uma opção legítima do Executivo, já a inexistência de quaisquer informações sobre a "EMPET - Parques Empresariais de Tavira. EM", no orçamento e nesta alteração constituem omissões graves.

Alertamos, ainda, que este facto é recorrente desde o anterior mandato continuando-se a desconhecer, as responsabilidades, a orientação e o objetivo do Executivo Municipal relativamente ao presente e ao futuro da Empresa Municipal,

Face ao referido apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativa à Proposta n.º 32/2026/CM - Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2026 com integração do saldo de gerência.

Tavira, 25 de fevereiro de 2026

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)